

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social

DANIELA MACHADO

**AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS USUÁRIOS DO CRAS SUL III DE
FLORIANÓPOLIS/SC: classe trabalhadora e acesso aos direitos sociais no Brasil**

FLORIANÓPOLIS
2020/1

DANIELA MACHADO

**AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS USUÁRIOS DO CRAS SUL III DE
FLORIANÓPOLIS/SC: classe trabalhadora e acesso aos direitos sociais no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento de Serviço
Social, da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Professora Dra. Dilceane Carraro

FLORIANÓPOLIS
2020/1

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Daniela

As condições de vida dos usuários do CRAS Sul III de Florianópolis/SC: classe trabalhadora e acesso aos direitos sociais no Brasil / Daniela Machado ; orientador, Dilceane Carraro, 2020.

89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. I. Carraro, Dilceane . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

DANIELA MACHADO

Título: AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS USUÁRIOS DO CRAS SUL III DE FLORIANÓPOLIS/SC: classe trabalhadora e acesso aos direitos sociais no Brasil

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

UFSC, 30 de novembro de 2020.

Prof^a Dr^a Rúbia dos Santos Ronzoni
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Dilceane Carraro
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Assistente Social Mary Kazue Zanfra
Avaliadora
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS SUL III

Prof. Dr.(a) Jaime Hillesheim
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado àqueles e àquelas que fizeram parte e
contribuíram na minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a oportunidade de agradecer, pois, vivemos em uma sociedade que nos tem ensinado a reclamar e nos sentirmos insatisfeitos. Um grande aprendizado tem sido agradecer, todos os dias, por tudo que tenho e pelas oportunidades. E tudo aquilo que gostaria que fosse diferente, tenho buscado encontrar a forma, a ação, o caminho que possa levar à mudança, dedicando meu tempo e energia olhando para que mundo quero construir.

Quero agradecer a vida, a força da vida e da natureza que vem da nossa Terra Mãe que tudo nos oferece de graça. Uma parcela da humanidade tem usado seus recursos e riquezas para deter o poder de forma abusiva, gerando desigualdades, dominação, pobreza, miséria, sofrimento, dor. Que possamos recordar como é viver em harmonia e respeito com o meio onde habitamos, com os animais, com a humanidade, com todos os seres e com todas as nossas relações.

Agradeço àqueles que me deram a vida, minha mãe Sebastiana e meu pai Paulino. Sobretudo à minha mãe, pela presença, apoio e incentivo em realizar meus sonhos, objetivos, ideais, propósitos, desejos e delírios. Agradeço pelo cuidado com meus filhos para que eu pudesse me dedicar à universidade. Agradeço pela sua força e coragem de enfrentar todos os desafios e dificuldades da vida com alegria, enfrentar o machismo para se realizar enquanto mulher e trabalhadora. Agradeço por ser fonte de inspiração e de luta.

Agradeço meu filho Kauã e minha filha Inaê por mostrarem o melhor e o prior de mim mesma, trazendo coragem para transformar-me a cada dia, e ainda, ajudarem a criar raízes fortes e profundas. Agradeço a chegada do pequeno Kauã, que me trouxe no puerpério, no processo de perda da identidade, a vontade de voltar para a universidade depois de sete anos viajando pela América Latina, permitindo concluir neste momento, o curso de Serviço Social. Agradeço a pequena Inaê por ser fonte de entusiasmo e sapequice.

Ao meu companheiro Marcelo agradeço pela parceria, dedicação à nossa família e pela disposição de caminhar juntos dentro das nossas diferenças e desencontros, com amor e união, numa viagem para além da nossa compreensão.

Um agradecimento a todas as mulheres, em especial àquelas que fazem parte da minha vida dando força e inspiração, escuta e acolhimento no dia a dia, às manas Jac, Carlinha, Gi, Tefi e tantas outras. A todas aquelas que vieram antes de mim, que lutaram e abriram os caminhos, conquistaram direitos, desvelaram o machismo para que eu pudesse caminhar com um pouco mais de liberdade e seguir lutando, sobretudo por aquelas que virão depois de mim.

Agradeço a força ancestral feminina do povo preto e do povo indígena, que resgatemos a sororidade e tudo aquilo que ela ainda não dá conta, que possamos nos ver como parceiras e desaprender sobre competição e diminuição da outra.

Quero agradecer também a Universidade Federal de Santa Catarina por ser uma instituição de ensino superior pública, gratuita e de qualidade, possibilitando minha formação profissional. Agradeço ao Serviço Social por despertar minha consciência política e de classe, redirecionando minha vida, minha visão de mundo e minhas ações. Agradeço ao departamento, principalmente às professoras Luciana, Luziele, Eliete, Maria Teresa e Dilceane pela humanidade que habita em vocês, me dando força e confiança para seguir no curso.

Agradeço minha orientadora Dilceane Carraro pela sua parceria, por ampliar os caminhos e possibilidades, por sua atenção e sensibilidade, sua presença.

Agradeço minha supervisora de campo de estágio Mary Kazue por sua compreensão diante das minhas dificuldades, por sua força e sensibilidade, por ser essa guerreira que luta pela desigualdade posicionando-se ao lado do trabalhador e buscando efetivar os direitos dos cidadãos.

Agradeço ao CRAS Sul III, local onde realizei meu estágio, e a toda sua equipe por tantos aprendizados no processo de formação profissional, por mostrarem que é possível que uma equipe lute por justiça social numa perspectiva de direito e seja unida e comprometida com os usuários da instituição. Agradeço também por toda atenção, carinho, respeito, acolhimento, apoio no momento mais tenso da minha vida, quando fui atropelada com 26 semanas de gestação em frente à instituição.

Sou profundamente agradecida com todos que fizeram parte desta trajetória, saibam que fizeram toda diferença para que minha formação acadêmica acontecesse e na minha formação enquanto ser humana.

VOZES-MULHERES

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

Conceição, 2017

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende debater a constituição da classe trabalhadora brasileira e realizar uma análise de alguns aspectos do perfil dos usuários da política de assistência social da área de abrangência do CRAS Sul III do município de Florianópolis/SC. Apresenta as condições de vida destes sujeitos, evidenciando que os usuários da política pública de assistência social se constituem como a classe trabalhadora historicamente excluída do acesso aos serviços públicos e direitos sociais no Brasil. A metodologia utilizada é da pesquisa documental, utilizou-se como fonte de documento a Base de Dados do Cadastro Único para Programas Sociais. Para alcançar o objetivo fez-se um resgate dos principais elementos que se entende que geraram essa condição de exclusão, que está representado na forma de organização deste trabalho: o primeiro capítulo foi dividido em três partes, a primeira contemplando a compreensão da formação sócio-histórica brasileira centrada na escravidão; na segunda parte será abordado o processo de urbanização e industrialização a partir do qual se dá a formação da classe trabalhadora, podendo-se assim compreender como vai se desenhando a caracterização do perfil dos trabalhadores e a terceira parte trata-se das transformações ocorridas no século XX que levaram à incidência nos direitos sociais, instituindo-se a Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. O segundo capítulo está dividido em duas partes, na primeira apresenta-se a caracterização das condições de vida do trabalhador atendido na política de assistência social a partir dos dados do Cadastro Único e aqui compilados, estando dividido em dois subitens, o primeiro traz a identificação e condições de moradia das famílias e o segundo apresenta as condições de trabalho e renda. A segunda parte coloca as determinações sócio-históricas que incidem nas condições de vida dos usuários das políticas sociais e na reprodução da desigualdade social. O que fica evidente é que os usuários da assistência social são, em grande parte, trabalhadores com precarizada inserção no mundo do trabalho, o que os faz transitar como público usuário entre assistência, previdência social e outras políticas sociais.

PALAVRAS CHAVES: Direitos Sociais, Classe Trabalhadora, Política de Assistência Social, Usuários, Cadastro Único

RESUMEN

El presente Trabajo de Conclusión de Curso debate la formación de la clase trabajadora brasileña y realiza el análisis de algunos aspectos del perfil de los usuarios de la política de seguridad social del área abarcada por el CRAS Sur III del municipio de Florianópolis/SC. Se presentan las condiciones de vida de estos sujetos, evidenciando que los usuarios de la política pública de asistencia social se constituye como la clase trabajadora históricamente excluida del acceso a los servicios públicos y derechos sociales en Brasil. La metodología utilizada es de la investigación documental, se utilizó como fuente de documento la Base de Datos del Registro único para los Programas Sociales (Cadastro Único). Para llegar al objetivo, se ha realizado un rescate de los principales elementos que generan esa condición de exclusión, que esta representado en la organización de este trabajo: el primer capítulo fue dividido en tres partes, la primera contempla la formación socio histórica brasileña centrada en la esclavitud; en la segunda parte se abordó el proceso de urbanización e industrialización a partir del cual se da la formación de la clase trabajadora, de modo que podamos comprender como se diseña la caracterización del perfil de los trabajadores; y la tercera parte habla de las transformaciones ocurridas en el siglo XX que llevaron a la incidencia en los derechos sociales, instituyéndose la Seguridad Social en la Constitución Federal de 1988. El segundo capítulo esta dividido en dos partes, en la primera se presenta la caracterización de las condiciones de vida del trabajador atendido en la política de asistencia social partiendo de los datos del Cadastro Único y aquí recopilados, dividiéndose en dos subitems, el primero abarca la identificación y condiciones de vivienda de las familias y el segundo presenta las condiciones de trabajo e ingresos. La segunda parte expone las determinaciones históricas de los usuarios de las políticas sociales como agentes reproductoras de la desigualdad social. Lo que se evidencia es que los usuarios de asistencia social son, en gran parte, trabajadores con inserción precaria en el mundo del trabajo, lo que los hace transitar como público usuario entre asistencia, seguridad social y otras políticas sociales.

Palabras clave: Derechos Sociales, Clase Trabajadora, Política de Asistencia Social, Usuarios, Cadastro Único.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Quantidade de famílias cadastradas de 2002 a janeiro de 2019.....	49
Gráfico 2 Número de famílias que atualizaram o cadastro de 2014 a janeiro de 2019	50
Gráfico 3 Quantidade de famílias no domicílio.....	52
Gráfico 4 Identificação das famílias - quesito raça/cor.....	56
Gráfico 5 Identificação das famílias – quesito gênero	60
Gráfico 6 Escolaridade – aqueles que frequentam, já frequentaram ou nunca frequentaram escola.....	63
Gráfico 7 Domicílios alugados	66
Gráfico 8 O lixo do domicílio.....	67
Gráfico 9 Forma de escoamento do banheiro ou sanitário	67
Gráfico 10 Renda total por família	69
Gráfico 11 Trabalho principal	70
Gráfico 12 Remuneração no mês anterior	72
Gráfico 13 Trabalho remunerado nos últimos doze meses	72
Gráfico 14 Despesa mensal com aluguel	73
Gráfico 15 Despesa mensal com alimentação, higiene e limpeza	73
Gráfico 16 Despesa mensal com energia elétrica	74
Gráfico 17 Despesa mensal com água e esgoto.....	75
Gráfico 18 Despesa mensal com transporte	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Bairro onde estão localizados os domicílios das famílias cadastradas	53
Tabela 2 Curso que frequenta	64
Tabela 3 Escolaridade dos que já frequentaram a escola	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA	18
1.1 ORIGENS DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO	18
1.2 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO OPERARIADO NO BRASIL	23
1.3 TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX E INCIDÊNCIA NOS DIREITOS SOCIAIS	32
2 AS CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR ATENDIDO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	45
2.1 OS USUÁRIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: TRANSITANDO ENTRE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	45
2.1.1 Identificação e condição de moradia das famílias.....	49
2.1.2 Condições de trabalho e renda	68
2.2 AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DOS USUÁRIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar e analisar alguns aspectos do perfil dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS SUL III - a partir da Base de Dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do município de Florianópolis. Tendo como referência o processo histórico da constituição dos trabalhadores no Brasil e os elementos estruturantes que incidem sobre quem são os usuários desta política pública na atualidade. Nosso intento de aproximação entre esses dois aspectos da discussão é o de contribuir para os estudos e pesquisas que evidenciam que o público que utiliza da política pública de assistência social se constitui como a classe trabalhadora historicamente aviltada em suas condições de vida e de acesso aos serviços públicos e direitos sociais no país.

Para delimitar nosso ponto de partida como base para a análise do perfil de usuários dos CRAS, logo, da política de assistência social, cumpre-nos registrar que a Constituição Federal de 1988 garante que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de qualquer forma de contribuição. A Lei 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS) dispõe sobre a organização da assistência social, que em seu Art. 1º coloca a assistência social como sendo “direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), esta “expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2004), que apresenta diretrizes para a efetivação da assistência social como um direito e que busca, também, implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em 2009 o CNAS aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109 de dezembro de 2009), onde estes serviços estão organizados pelo nível de complexidade que estabelece o SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social de Média e Alta Complexidade. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pelos serviços de Proteção Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2009, p.5). A PNAS traz como objetivos da proteção social básica

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p.33).

Os usuários da política de assistência social historicamente foram considerados os com menores condições socioeconômicas e com pouco acesso às políticas sociais e aos bens sociais produzidos pela sociedade. Com o objetivo de aprimorar esta política, alguns esforços foram destinados a nominar ou melhor compreender quem são os usuários da assistência social. Neste sentido a PNAS traz como usuários

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p.33).

Entretanto, o que queremos demonstrar, é que o público da assistência social é mais amplo do que aquele que historicamente tentou-se delimitar como seus usuários, e essa população acessa e demanda todas as políticas sociais, dado que, expressam condições precárias de vida, de moradia, de acesso aos serviços públicos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as condições de vida dos usuários da política de assistência social da área de abrangência do CRAS Sul III do município de Florianópolis/SC a partir da caracterização do perfil dos (as) usuários (as) do CRAS SUL III, realizado no processo de estágio obrigatório.

Os objetivos específicos foram assim definidos: a) compreender a formação da classe trabalhadora no Brasil e as demandas para as políticas sociais; b) explicitar como o Estado organizou as políticas sociais, especialmente a política de assistência social como respostas às demandas desses trabalhadores por meio da fragmentação das políticas sociais, especialmente as que compõem a Seguridade Social; c) caracterizar os usuários da política de assistência com vistas a explicitar as condições de vida dessa população a partir dos dados dos usuários do CRAS Sul III do município de Florianópolis/SC; d) analisar as condições de vida desses usuários a partir dos elementos que condicionaram a formação do Brasil e de Florianópolis.

A motivação para escrever este Trabalho de Conclusão de Curso surgiu durante as reflexões acerca da elaboração do projeto de intervenção. No semestre de 2019.1, como parte

da avaliação da disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III (DSS 7133), do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, foi elaborado um Projeto de Intervenção, orientado pela Prof^ª. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni. O objetivo do Projeto de Intervenção era caracterizar o perfil dos usuários do CRAS SUL III, local onde foi realizado o processo de estágio obrigatório. Oferecendo então, subsídios para analisar a conjuntura desta região, proporcionando maiores condições de se refletir e propor ações e projetos mais qualificados e dar maior visibilidade à população que se encontra em condições sociais vulneráveis.

Para realizar uma pesquisa se faz necessário realizar o levantamento de dados de várias fontes, independentemente dos métodos ou técnicas empregadas, para recolher informações prévias sobre o campo de interesse. “O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.174). Para alcançar os objetivos deste trabalho a metodologia utilizada é da pesquisa documental, considerando ainda, que a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.174). Adicionalmente, utilizou-se como fonte a Base de Dados do Cadastro Único para Programas Sociais, que é um arquivo público, sendo um documento oficial de acesso restrito aos trabalhadores e cadastradores por meio de senha, tendo também, permissão de acesso para pesquisa. A assistente social e supervisora acadêmica de estágio obrigatório no CRAS Sul III, tem autorização da coordenadora do setor de Bolsa Família e CadÚnico para acessar os dados fornecidos.

Diante da necessidade de elaborar um projeto de intervenção, iniciou-se a observação no campo de estágio de alguma demanda da instituição. O objetivo era também o de contribuir para com o enfrentamento das dificuldades e entraves que os técnicos do CRAS SUL III enfrentavam no cotidiano profissional para dar conta das demandas. Outro motivador vinha do público que demanda a política, pois além de serem atingidos com precarização do trabalho, os usuários também encontram dificuldades para acessar os benefícios e serviços. Após uma fala da supervisora de campo, que expôs a importância de se conhecer o perfil dos usuários para se pensar nas ações profissionais, e que desde o ano de 2015 não se fazia esse trabalho, decidiu-se realizar o levantamento do perfil dos usuários no período que compreende os anos de 2015 a janeiro de 2019.

Foi possível acessar a Base de Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Município de Florianópolis por meio da supervisora de campo. Os dados foram compilados por

meio de uma planilha, e, a partir dela, iniciou-se o filtro dos dados dos usuários fazendo uso programa Excel¹. Foi realizado então, o filtro dos dados das duas mil duzentas e cinquenta e seis famílias cadastradas de 2015 até a data de 18 de janeiro de 2019. Com os dados obtidos foram criados gráficos e tabelas para melhor visualização dos mesmos, a partir daí, realiza-se neste trabalho, a apresentação, descrição e análise, considerando nosso marco de discussão, ou seja, sobre as condições de vida desses usuários.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho apresenta-se organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo foi dividido em três partes, a primeira contemplando a compreensão da formação sócio-histórica brasileira; na segunda parte será abordado o processo de urbanização e industrialização a partir do qual se dá a formação da classe trabalhadora, podendo-se assim compreender como vai se desenhando a caracterização do perfil dos trabalhadores e a terceira parte trata-se das transformações ocorridas no século XX que levaram à incidência nos direitos sociais, instituindo-se a Seguridade Social na Constituição Federal de 1988.

O segundo capítulo está dividido em duas partes, na primeira apresenta-se a caracterização das condições de vida do trabalhador atendido na política de assistência social a partir dos dados do Cadastro Único e aqui compilados, dividido em dois subitens, o primeiro traz a identificação e condições de moradia das famílias mostrando o número de famílias cadastradas, número de famílias no domicílio, bairro em que residem, raça/cor, gênero, escolaridade, casa alugada, coleta de lixo e esgoto. O segundo subitem apresenta as condições de trabalho e renda apontando os seguintes dados: renda total familiar, trabalho principal, remuneração no mês anterior e nos 12 últimos meses que antecederam o cadastro e despesas mensais da família. A segunda parte coloca as determinações históricas que incidem nas condições de vida dos usuários das políticas sociais e na reprodução da desigualdade social. As reflexões e análises pertinentes conduzem a afirmação de nossa hipótese inicial de que os usuários da assistência social são também, em grande parte, os usuários da Seguridade Social, e referendam a compreensão de que se trata de trabalhadores usuários que tendem a utilizar-se da política de assistência social, mas com acesso e permanência ao mundo do trabalho cuja inserção precarizada os faz transitar como público usuário das diversas políticas sociais.

¹ Uma informação importante que revela a dificuldade da compreensão dos dados é que ao conhecer a base de dados do CadÚnico, percebeu-se que haviam muitos códigos, então fez-se uso do Formulário Principal de Cadastramento do Cadastro Único, documento físico, para entender o que cada item da tabela significava, já que, todos os dados presentes na base de dados também estão presentes no formulário manual.

1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Só-só cego não vê
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí*

Seu Jorge, Yuca e Capelletti, 1998

Este capítulo será dedicado à compreensão da formação sócio-histórica brasileira, de como se constitui no Brasil uma classe trabalhadora sem acesso ao trabalho cuja remuneração dê condições de atender as suas necessidades e de como desenvolveu-se historicamente a profunda desigualdade social existente no Brasil, em que caberá às políticas sociais alguma forma de cobertura social para seu enfrentamento. Para tal compreensão será necessária uma imersão nos aspectos mais centrais da formação sócio-histórica, política e econômica do Brasil.

1.1 ORIGENS DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO

O período de colonização no Brasil marca três séculos (1500 a 1822), onde os portugueses construíram uma “unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas deixaram também uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (CARVALHO, 2008, p.18).

Os portugueses chegaram e disseram ‘esta terra (Brasil) é nossa e as regras/leis somos nós que definimos’. O primeiro desdobramento da invasão foi o extermínio de milhões de indígenas por conta da guerra, da escravização e das doenças. Chegaram para explorar as riquezas naturais (cana de açúcar, algodão, minério), contudo, não tinham a suficiente mão de obra que a produção demandava. Inicia-se então, o tráfico de pessoas da África, que serão escravizados e considerados mercadorias.

A colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares. [...] A produção de açúcar tinha duas características importantes: exigia grandes capitais e muita mão de obra. A primeira foi responsável pela grande desigualdade que logo se estabeleceu entre os senhores de engenho e os outros habitantes (CARVALHO, 2008, p.18).

A partir de 1550 os negros começam a ser traficados. A interrupção se dá somente por volta de 1850. Calcula-se

[...] que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo uns 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos. Embora concentrados nas áreas de agricultura exportadora e mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhas, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda das viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros e prostitutas (CARVALHO, 2008, p.20).

O Estado, os funcionários públicos, os padres, possuíam escravos. A escravidão se expandia em muitas dimensões. Os escravos não eram cidadãos, sendo assim, não tinham direitos civis à propriedade, de integridade física (sendo brutalmente espancados), à própria vida. Não havia um poder público que garantisse tais direitos e a igualdade de todos perante a lei, “o poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas” (CARVALHO, 2008, p.21).

Na época da invasão existiam cerca de 4 milhões de indígenas, em 1923 restava menos de 1 milhão, “os que escaparam ou se miscigenaram ou foram empurrados para o interior do país. [...] [A] miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro. No caso das escravas africanas, o estupro era a regra” (CARVALHO, 2008, p.20).

Quanto à educação, somente a classe dominante tinha acesso, “não era do interesse da administração colonial, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica” (CARVALHO, 2008, p.23). O escravo era considerado animal, não necessitava saber ler e escrever para cumprir suas funções. Em 1872 apenas 16% da população era alfabetizada, a educação de má qualidade ou a falta dela impossibilitava os sujeitos de criarem uma consciência política, uma consciência de cidadania. Não havia, e não há até hoje, interesse por parte da classe dominante que a população acessasse uma educação de qualidade, para além de saber ler e escrever, para poder compreender. Maior qualidade na educação envolve maior distribuição de bens culturais e materiais, pois quanto maior a participação cultural maior a consciência e participação política, ampliando a visão de mundo.

A luta de classes no Brasil inicia-se com a luta dos escravos. Pois, a formação das classes sociais no período colonial se deu por meio de “populações etnicamente diversificadas, subjugadas de forma violenta e incorporadas ao sistema colonial na qualidade de escravos” (MOURA, 95/96, p.43). Os trabalhadores dessa época eram considerados coisas, “na qualidade

de escravos, eram tidos como mercadorias que podiam ser vendidas. Por isso, os trabalhadores escravizados só podiam impor seus direitos confiscados através de fugas, insurreições e ou outras formas de rebeldia. Palmares foi a maior delas” (MOURA, 95/96, p.43). A justificativa para serem escravizados era a de que eram inferiores congenitamente por serem negros.

A luta contra a escravidão, ou a reivindicação pelos seus “direitos confiscados”, como coloca Moura (95/96), se expressava com a negação do trabalho através das fugas, de rebeliões contra a ordem estabelecida e outras formas de protestos. Os negros lutaram contra o sistema escravista onde quer que ele se manifestasse, muitas vezes se uniam aos indígenas para praticar alguma desordem, eles costumavam destruir as forcas, que era o maior símbolo da repressão colonial.

Segundo Moura (95/96), o quilombo pode ser entendido como autêntica luta de classes, eles se espalharam por todo o território nacional durante todo o período de escravidão. Como forma de resistência, eram para os quilombos que os negros fugidos se dirigiam unindo forças para lutar pela vida e existência².

Em 1831, por pressão da Inglaterra, foi aprovada uma lei de proibição do tráfico de escravos, mas ele seguia acontecendo. Na década de 1870 foi aprovada uma lei de libertação dos filhos dos escravos, contudo, até os 21 anos de idade tinham que servir aos donos dos seus pais. Na década de 1880 concomitante a luta histórica e resistência negra, o movimento popular abolicionista também tensiona pelo fim da escravização. Somente em 1888 se dá a abolição. Neste momento, 5% da população era de escravos, sendo que na época da independência eram 30% (CARVALHO, 2008, p.47).

O escravo já não era escravo perante a lei, contudo, “o ex-escravo que não encontrava outras atividades, além do trabalho eventual e da atividade de subsistência, o conduzia, geralmente, à condição de não trabalho” (SILVA, 2012, p.214). Como ressalta Carvalho (2008),

² Palmares foi o maior e mais conhecido quilombo da história do nosso país, iniciou-se no final do século XVI com 40 negros que fugiram de engenhos localizados na região de Pernambuco, levando suas famílias. Dirigiram-se para a região da Serra Grande, zona da mata de Alagoas. Teve dois grandes líderes, Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares. Mais tarde também ingressaram “índios ‘salteadores’, fugitivos da justiça de modo geral e elementos de todas as etnias ou camadas que se sentiam oprimidas pelo sistema escravista e colonial. Certamente havia também brancos e brancas, pois de outra forma não se explicaria a existência, em 1664, entre os aprisionados por Rodolfo Baro, de alguns mulatos de menor idade” (MOURA, 95/96, p.47). A economia de Palmares era camponesa-comunitária, tinham uma agricultura policultora, em que toda a produção era distribuída entre a população. Chegaram a ter 20 mil habitantes, tornando-se um desafio demográfico, econômico e militar, ocupando uma área de 27 mil quilômetros quadrados. Contra essa potência de economia igualitária e comunitária uniram-se “a igreja, os senhores de engenho, os bandeirantes, as estruturas do poder colonial (daqui e de Portugal), as tropas mercenárias, criminosos com promessa de liberdade, e, finalmente toda a estrutura escravista que não desejava a continuidade de Palmares” (MOURA, 95/96, p.48). Sendo extinta em 1694 diante do seu dinamismo político e social de negação da estrutura escravista, uma tentativa “de apagar da consciência histórica do povo esse feito heróico, foram decorrências de sua grande importância social, política e cultural” (MOURA, 95/96, p.48).

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiam-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (CARVALHO, 2008, p.52).

Isso tem expressões no contexto atual, pois, são os negros que recebem os menores salários, empregos menos qualificados, como por exemplo, as empregadas domésticas ou trabalhadores de serviços gerais que recebem os menores salários que qualquer outro trabalhador dentro da mesma instituição/empresa. “A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente teve que fazê-lo por rotas originais, como o esporte, sobretudo o futebol, a música, sobretudo o samba e a dança, sobretudo o carnaval” (CARVALHO, 2008, p.53).

Em relação ao reconhecimento dos direitos civis, a escravidão afetou tanto o escravo quanto o senhor, como aponta Carvalho (2008)

Se o escravo não desenvolvia a consciência dos seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos (CARVALHO, 2008, p.53).

Um segundo elemento que marcou este período histórico foi o latifúndio monocultor de exportação de base escravista. O Brasil era predominantemente agrícola, em 1920 apenas 17% da população vivia nas cidades. “Na primeira década após a independência, três produtos eram responsáveis por quase 70% das exportações: o açúcar (30%), o algodão (21%) e o café (18%)” (CARVALHO, 2008, p.54). Já na década de 1830 o café passa a ser predominante com 60% das exportações. Os principais centros urbanos eram o Rio de Janeiro e São Paulo, neste último, o crescimento foi maior devido à grande entrada de imigrantes, sobretudo italianos.

No período entre 1884 e 1920, entraram no Brasil cerca de 3 milhões. Desses, 1,8 milhão foi para São Paulo. Muitos imigrantes dirigiam-se inicialmente para as fazendas de café de São Paulo. Mas um grande número acabava se fixando na capital, empregados na indústria e comércio (CARVALHO, 2008, p.58).

Os grandes proprietários de terra em aliança com os comerciantes sustentavam a política do coronelismo, que era mais forte no nordeste brasileiro, onde havia também zona de criação de gado. Em outras regiões os coronéis tinham necessidade de fazer aliança com o

Estado para que seus interesses fossem atendidos. O coronelismo era um obstáculo aos direitos políticos, ele impedia a participação política por negar os direitos civis. Nas fazendas, era o coronel quem ditava as leis, seus trabalhadores não eram trabalhadores brasileiros, mas sim seus súditos, ele barganhava o Estado para não intervir. Os direitos de ir e vir, da inviolabilidade do lar, da propriedade, da livre manifestação e expressão, da integridade física, dependiam do poder do coronel. Havia uma expressão popular que dizia “para os amigos, tudo, para os inimigos, a lei”. Esta era usada como castigo, para o benefício próprio, não havia justiça, não havia igualdade de todos perante a lei. Mesmo com direito ao voto não havia cidadãos (CARVALHO, 2008, p.57).

E, por fim, um terceiro elemento que delineou este período foi o Estado absolutista. A independência do Brasil em 1822 foi relativamente pacífica, se deu com o pagamento de uma indenização, pois a elite sustentava que só o poder do rei poderia manter a ordem social e a união das colônias. A independência não se deu a parte do povo, mas também não foi fruto de luta popular pela liberdade. Implantou-se uma monarquia constitucional e representativa, mas a escravidão seguia.

O constitucionalismo exigia a formação de um governo representativo, como base no voto dos cidadãos e na separação dos poderes políticos. A Constituição de 1824 estabeleceu os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e definiu quem teria direito de votar e ser votado. Podiam votar todos os homens a partir de 25 anos com renda mínima estipulada. As mulheres e escravos não votavam (não eram considerados cidadãos), os libertos podiam votar na eleição primária. Os chefes de família, oficiais militares, clérigos, empregados públicos, votavam a partir dos 21 anos. Os analfabetos podiam votar (CARVALHO, 2008, p.29-30).

O direito político era então, “exercido” pelos cidadãos analfabetos (85% da população), “mais de 90% da população vivia nas áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários” (CARVALHO, 2008, p.32). E na cidade, muitos dos que votavam eram funcionários públicos controlados pelo governo. A Guarda Nacional, uma organização militar, era influenciada pelo governo e pelos grandes proprietários e comerciantes, que exerciam forte pressão sobre os votantes. A maior parte destes, não tinha consciência do que era um governo representativo, nem o que significava alguém como seu representante.

As eleições eram convocadas pelos patrões, pelo governo, juízes, párocos, comandantes da guarda nacional. O político local não podia perder as eleições, pois, perderia também o controle dos cargos públicos. Todos os envolvidos (com cargos de poder/privilegiados) se mobilizavam para vencer as eleições. Estas eram violentas e permeadas de fraudes. A formação das mesas eleitorais se dava no grito, a pancadaria decidia o conflito; o

fósforo era alguém pago para passar por um verdadeiro votante; os capangas eleitorais eram homens violentos, protegiam seu chefe local e ameaçava e amedrontava os adversários. Grupos armados saíam nas ruas no dia das eleições, aterrorizavam os cidadãos, assim, muitos não saíam para votar. Mesmo quando os votantes não compareciam para votar a ata era redigida como se tudo estivesse ocorrido legalmente (CARVALHO, 2008, p.33).

O voto não tinha um sentido de direito político, era um ato de obediência forçada ou de lealdade e agradecimento. À medida que os votantes se davam conta da importância dos votos para os políticos barganhavam bens e vendiam mais caros. “O pagamento podia ser feito de várias formas, em dinheiro, roupa, alimentos, animais” (CARVALHO, 2008, p.35). Com o aumento do preço dos votos e as fraudes, inicia-se uma campanha pelo voto direto, também por interesse de alguns políticos que não tinham apoio do governo e dos proprietários rurais que reclamavam pelo aumento dos custos das eleições. Para outros, o excesso de participação popular gerava corrupção, queriam restringir o voto aos mais educados, mais ricos.

Na década de 1880 a Câmara dos Deputados aprovou o voto direto, tirando o primeiro turno das eleições, aumentou a renda mínima para votar, os analfabetos foram proibidos de votar (apenas 15% da população era alfabetizada) e o voto tornou-se facultativo. “Em 1972, havia mais de um milhão de votantes, correspondentes a 13% da população livre. Em 1986, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total” (CARVALHO, 2008, p.39). A configuração/cenário das eleições seguiu sem grandes alterações mesmo com a Proclamação da República em 1889.

A primeira República (1889-1930) não trouxe mudanças significativas no que se refere à representação política. O ato da proclamação foi feito de surpresa e comandado pelos militares, não houve movimento popular a favor da República e nem a favor da monarquia. Até 1930 não havia organizações populares numa perspectiva política, a participação popular era limitada a pequenos grupos. Já em relação aos direitos políticos não houve grandes avanços, após a proclamação da república, alternaram-se no país, ditaduras e democracias.

1.2 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DO OPERARIADO NO BRASIL

É no processo de urbanização e industrialização que se dá a formação da classe trabalhadora, podendo-se assim compreender como vai se desenhando a caracterização do perfil dos trabalhadores. A partir de 1930 o país viveu um período de poucas transformações, somente a partir de 1950, quando se inicia tal processo, é que grandes transformações vão ocorrendo.

Segundo Leonardi (1991), até 1850

[...] os ritmos das transformações por que passava a sociedade brasileira eram bastante lentos. A vida econômica estava quase estagnada. ‘As cidades contavam com apenas uma pequena proporção da população. Eram pacatas e provincianas, construídas de casas de taipa ao longo de ruas lamacentas, sem iluminação, onde mulas de carga e escravos tropeçavam sobre porcos e galinhas’ (Graham, 1973 apud Leonardi, 1991, p.39). Na agricultura, as técnicas eram primitivas e a produtividade baixa. Nem a mecanização nem os fertilizantes eram conhecidos. As estradas eram péssimas; carros de boi, tropas de mulas e escravos eram, praticamente, os únicos meios de transporte de mercadoria por via terrestre. O analfabetismo era generalizado, sendo incipiente o ensino técnico oficial (LEONARDI, 1991, p.39).

Por volta de 1850 inicia-se o processo de industrialização, a contra gosto dos grandes proprietários de terra e produtores agrícolas, que compunham a maior parte da classe dirigente do país. Os mesmos lutavam para manter o controle do Estado e o poder de dirigir a economia e a sociedade brasileira. “O predomínio da indústria sobre a atividade agrária só será vitorioso a partir da Segunda Guerra Mundial” (CARONE, 1989 apud SILVA, 2012, p.215). O Brasil, durante vários anos, viveu a combinação do modelo industrial moderno e o modelo agrário tradicional, o que gerou anomalias econômicas e sociais diante da modernidade com atraso (SILVA, 2012, p.216). Aqui a industrialização se deu estritamente vinculada à urbanização.

Segundo Leonardi (1991),

[...] não se pode estabelecer uma relação causal mecânica entre industrialização e urbanização na história do Brasil. As cidades que iriam se converter nos principais centros industriais do país possuíam um incipiente grau de urbanização, via de regra, e isto, anteriormente ao surgimento das primeiras fábricas. Claro está que as cidades brasileiras no século XIX, em meio às heranças do sistema colonial e à presença do escravismo, eram ainda pequenas, em sua maioria, e sua fisionomia urbana bastante restrita (LEONARDI, 1991, p.121).

O espaço urbano “surge como uma das condições favoráveis à formação e ao desenvolvimento do capital industrial” (LEONARDI, 1991, p.122). Isto porque certas atividades econômicas se concentram na cidade criando uma base de serviços necessários à distribuição e circulação de mercadorias, do capital (dinheiro, matérias primas e máquinas) a ser investido na produção fabril. Diante disso, todo o sistema comercial e financeiro (armazéns, lojas, bancos, créditos, etc.) e, também, o sistema viário e de transportes, os serviços de energia elétrica, etc., foram um conjunto de atividades indispensáveis à indústria (LEONARDI, 1991, p.122).

A cidade possui ainda uma dupla função

[...] essencial à produção de mais-valia na fábrica e sua realização como lucro do capitalista: a) a cidade configura-se como um *mercado de consumo*, amplo e organizado segundo as razões do capital industrial, absorvendo as mercadorias saídas da fábrica; b) a cidade propicia a formação de um *mercado de trabalho livre assalariado*, que é a condição principal, entre todas, para a instalação da fábrica moderna como produção capitalista de bens. Esse mercado de trabalho implica a

existência de um contingente de proletários possuidores apenas de sua força de trabalho, que se torna mercadoria disponível para os capitalistas. Conforme a população cresce, aumenta a massa de desocupados nas portas das fábricas, dando origem ao chamado “exército industrial de reserva” (LEONARDI, 1991, p.122).

No final do século XIX percebe-se um crescimento acelerado da população na cidade de São Paulo. Em 1872 havia 23.243 habitantes, em 1886 contava com 44.030, em 1890 com 64.934, em 1893 com 192.409. Provavelmente esse crescimento se deu devido à imigração europeia, à abolição da escravatura e ao desenvolvimento das forças produtivas, a partir da Proclamação da República (LEONARDI, 1991). Para a instalação das fábricas, dois fatores foram decisivos, segundo Leonardi (1991), o primeiro seria uma precoce concentração de casas bancárias em São Paulo, ligadas à produção cafeeira, e segundo seria a concentração crescente de força de trabalho na capital paulista. Além de organizar um mercado de trabalho, o capital também fomentava a formação profissional, “preparando o trabalho dos menores aos requisitos da produção artesanal e fabril” (LEONARDI, 1991, p.123).

Outras cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Belém, Recife, Juiz de Fora, Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas, Blumenau, passaram pelo processo de industrialização e urbanização, cada uma com suas peculiaridades. A indústria passou

[...] a exercer uma influência decisiva sobre a estrutura urbana: em alguns casos, a cidade chegou a ser determinada principalmente pelo crescimento industrial. Dado, inclusive, o caráter frágil e subordinado da burguesia industrial nascente, a qual aparece, no Brasil, dentro dos quadros limitados de uma sociedade agrário-industrial, polarizando-se pequenos núcleos urbanos em torno de um grande estabelecimento fabril (LEONARDI, 1991, p.131).

Havia uma nucleação e isolamento das cidades, o desenvolvimento da indústria se dava de forma desigual e a burguesia industrial não conseguia articular sua produção com outras regiões, nem superar a fragmentação regional dos mercados passando a controlá-los a nível nacional. Formavam-se bairros fabris e operários, o que fomentava forte concentração geográfica do capital e da força de trabalho. As fábricas mais pareciam presídios, com guardas armados e fardados no portão, os operários e operárias tinham que passar por revistas constrangedoras e humilhantes e ainda eram ameaçados.

A Revolução Industrial na Inglaterra já estava se desenvolvendo a mais de cinquenta anos quando os primeiros “estabelecimentos fabris” emergiram. As primeiras fábricas surgiram

[...] no Brasil nas décadas iniciais do século XIX, eram estabelecimentos de pequeno porte e tiveram, em geral, vida efêmera. Somente a partir de 1870 começaram a aumentar, em número e importância, num processo que se intensificaria entre os anos de 1885-95. [...] Tratava-se, porém, de uma “industrialização” que possuía características bem diferentes daquelas assumidas pelo mesmo processo na Inglaterra, na Alemanha e em outros países da Europa, Estado Unidos e Japão (LEONARDI, 1991, p.21-22).

No Brasil, nos três primeiros séculos pós colonização europeia, as atividades industriais existentes eram a fabricação do açúcar nos engenhos e a mineração. Algumas atividades industriais (artesaniais e manufatureiras) tinham papel secundário na economia, como a exploração metalúrgica na fundição de ferro, a fabricação de tecidos e a construção naval. O ferro era utilizado, para fabricação de ferramentas, picaretas, pás, enxadas, machados, facas, facões, panelas, ferraduras, etc., em quantidade muito pequena. A produção têxtil era doméstica, o algodão era utilizado pelos indígenas e os portugueses seguiram cultivando-o. As principais produções se davam no Maranhão, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, onde conseguiam atender às necessidades locais, alguns tecidos mais finos chegaram a ser exportados para fora da capitania.

Já a construção naval “foi a atividade industrial que reuniu, junto com os engenhos, o maior número de trabalhadores por unidade de produção durante a colônia. Nela, a divisão do trabalho era bastante acentuada e exigia-se, para certas tarefas, uma especialização muito grande” (LEONARDI, 1991, p.23). No início eram serviços de manutenção dos navios e logo pequenas embarcações começaram a ser construídas, sobretudo em Salvador da Bahia, onde estava a rota dos navios vindos da Índia. O estaleiro de Salvador, no século XVIII, “apresentava-se como um complexo de edifícios ocupando largo espaço da ribeira e comportando fundições, carpintaria, armazéns, casa de velas, oficinas de pintores, alfaiates, etc. assemelhar-se-ia a uma colmeia” (LEONARDI, 1991, p.23). Entre os séculos XVII e XVIII a indústria da construção naval fez com que outras atividades manufatureiras surgissem, como a de confecção de cordas, velas, cabos, estopas e óleos.

Leonardi (1991) ainda coloca como atividades industriais e manufatureiras existentes no Brasil Colônia

[...] a produção de charque e de gêneros alimentícios, a preparação de fumo de corda, a fabricação do anil, a extração do sal, a produção de azeite de baleia usado na iluminação pública, a confecção de móveis, a construção civil (casas, pontes, aquedutos). Sem falar na atividade artesanal que era exercida, tanto nos engenhos e fazendas como nas cidades, por ferreiros, serralheiros, carpinteiros, calafates, seleiros, ourives, sapateiros, alfaiates, caldeireiros, lapidadores, tanoeiros, latoeiros, curtidores, oleiros e outros (LEONARDI, 1991, p.24).

A Colonização se constituiu visando fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. “Nossa economia subordinar-se-á por isso a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros” (LEONARDI, 1991, p.24).

Após a independência foram assinados alguns tratados comerciais que davam vantagens a vários países europeus, vantagens estas que já haviam sido concedidas à Inglaterra em 1810, não sendo possível implantar no Brasil qualquer manufatura que pudesse competir no preço e na qualidade dos artigos com a indústria inglesa. Contudo, o maior entrave à industrialização era a escravidão e a divisão do mercado mundial entre as potências capitalistas. Além disso,

[...] o nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da população eram ínfimos. Isso ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira organizada em produções regionais que se voltavam para o exterior impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis (PRADO JR., 2008 apud SILVA, 2012, p.218).

No início do século XIX a população era de três milhões de habitantes, dos quais um milhão era de escravos, sendo assim, existiam pouquíssimos consumidores ativos. Leonardi (1991) ainda ressalta que “sem o surgimento de um mercado de trabalho, isto é, sem a existência de um grande número de trabalhadores livres e assalariados à disposição dos empresários, não era possível o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção” (LEONARDI, 1991, p.29).

Com o processo de industrialização vai se estruturando o trabalho assalariado “a partir de áreas voltadas para a garantia de infraestrutura necessária à expansão industrial e às relações comerciais entre regiões” (SILVA, 2012, p.210). Conforme a industrialização ganha impulso a estruturação do trabalho assalariado se expande para outras áreas como a da indústria têxtil e de serviços. O trabalho assalariado e a organização dos trabalhadores começam se estruturar a partir das áreas de ferrovia, transporte marítimo e portos, onde a maior parte da mão de obra é estrangeira (SILVA, 2012, p.210-11).

Para compreender a dinâmica das relações capitalistas de produção se faz necessário analisar as diferentes formas de produção e a maneira específica que se combinam num dado momento e lugar. No Brasil, havia oficinas e pequenas empresas de base técnica artesanal com baixa concentração de capital e operários. Contudo, possuía grande número de estabelecimentos industriais no país, onde predominava o uso de ferramentas e habilidade de um ofício especializado. “Não havia inteira separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho; existia uma menor distância social entre patrão e operário; e o trabalhador identificava-se ainda com o produto, como resultado de certa atividade artesanal” (LEONARDI, 1991, p.137).

O número de estabelecimentos industriais passa a crescer a partir de 1880. Em 1866 existiam nove fábricas de tecido em todo o Brasil,

[...] nos dezesseis anos seguintes foram criados 36 novos estabelecimentos. Das 45 fábricas de tecido existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais. Sobre as demais províncias são mais raras as informações (LEONARDI, 1991, p.33).

A partir de 1885 o número de indústrias passa a ser cada vez maior, entre 1880 e 1884 instalaram-se 150 estabelecimentos industriais, de 1885 a 1889 foram 248, já em 1899 havia 636 indústrias que empregavam 54.169 trabalhadores. Segundo Prado Jr. (2008), “em 1907, o primeiro censo geral e completo da indústria brasileira registrou 3.258 estabelecimentos industriais e 150.841 operários, concentrados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul”. As principais atividades desenvolvidas eram na área têxtil e de alimentação. Leonardi (1991) coloca que

[...] o mercado de tecidos já estava feito, ao passo que o mercado de grande número de outras manufaturas existia apenas de forma embrionária. Isso explica, em parte, o desenvolvimento do setor têxtil como a primeira verdadeira indústria moderna surgida no Brasil. Assim como na Europa, o setor têxtil teve uma presença pioneira e ocupou uma posição de destaque nos primeiros momentos do processo de crescimento industrial. Isso se deve, também, ao fato de os tecidos constituírem uma mercadoria básica de consumo dos próprios proletários, necessária para a reprodução da força de trabalho (LEONARDI, 1991, p.35).

No século XIX muitas empresas não empregavam trabalhadores livres, “outras utilizavam-nos apenas para os serviços especializados, sendo o mais pesado trabalho realizado exclusivamente por escravos. Isso acontecia tanto em firmas nacionais como em firmas estrangeiras” (LEONARDI, 1991, p.90). Contudo, nas primeiras fábricas brasileiras, muitos escravos trabalhavam junto com os operários.

Para Leonardi (1991) o “fato de o proletariado surgir no interior de uma sociedade escravista dificultou e entrou, durante muitos anos, o processo de sua formação como classe” (LEONARDI, 1991, p.90), dado que não podiam lutar por sua liberdade. Enquanto formas de exploração baseadas na escravidão institucionalizada coexistissem com o trabalho assalariado. Por este motivo muitas das primeiras associações operárias intervieram na campanha abolicionista.

Como coloca Leonardi (1991),

[...] não se deve esquecer a fuga em massa de escravos ocorrida nos últimos anos do Império. Longe de constituírem uma população passiva diante de sua sorte, os escravos participaram ativamente do processo de sua própria libertação, abandonando as fazendas e fugindo para as cidades, em grande número, criando uma situação insustentável para os fazendeiros. [...] Não havia trem de carga ou de passageiros em que não viesse, escondido, um escravo, que sempre encontrava, nas estações, alguém que o recebesse ou orientasse. [...] Na periferia das cidades concentravam-se milhares

de escravos, como é o caso de Santos, onde, nas vésperas da abolição, moravam cerca de 10.000 fugitivos em suas inúmeras favelas (LEONARDI, 1991, p.95).

Nesse sentido, Silva (2012) ressalta que “sem a intervenção do Estado, a industrialização no país não teria ocorrido” (SILVA, 2012, p.221). Para que o mercado de trabalho existisse, se fazia necessário que houvesse o trabalho livre, este foi criado pelo Estado através da abolição da escravidão, concomitante a uma política de imigração, favorecida por taxações e subvenções em detrimento da mão de obra dos “libertos”, que vão atuar, a princípio, na produção cafeeira. Já aos ex-escravos restou-lhes juntar-se “ao contingente de outros trabalhadores brasileiros (em sua maioria, descendentes de escravos ou ex-escravos) na experiência do trabalho ocasional ou do não assalariado” (SILVA, 2012, p.223), em sua maioria atuando na economia agrária.

A composição da classe trabalhadora era de brasileiros natos (principalmente ex-escravos e imigrantes) que ocupavam distintas funções, além do trabalho assalariado. Nas fábricas modernas a produção era mecanizada com advento do vapor ou energia hidráulica, coexistindo com as pequenas oficinas e manufaturas (LEONARDI, 1991, p.41). Em 1920 a população brasileira era de mais de 30 milhões de sujeitos, dos quais 275.512 trabalhavam em 13.336 estabelecimentos.

A classe operária, em sua maioria, estava na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Tinham péssimas condições de vida e de trabalho, com longas jornadas de trabalho, baixa remuneração e insegurança, exploração de mulheres e crianças, pobreza das moradias e condições sanitárias (SILVA, 2012, p.227). Sem participação civil ou política nas instituições da sociedade civil republicana, a maior parte desta nova classe era composta por analfabetos e estrangeiros.

Segundo Leonardi (1991),

As condições de vida e de trabalho dos primeiros proletários não eram melhores do que as de muitos escravos que com eles produziam nas mesmas fábricas, vivendo em alojamentos idênticos. Os primeiros operários trabalhavam treze, quatorze e até quinze horas por dia, não tendo direito ao descanso semanal remunerado aos domingos, nem direito às férias anualmente (LEONARDI, 1991, p.95).

Sem direito à indenização por doenças ou acidentes de trabalho, os operários eram acometidos por contaminações, mutilações e mortes nas fábricas e em outros ramos industriais.

Leonardi (1991) afirma que “a heterogeneidade da composição dessa força de trabalho revelava-se, ainda, nas diferenças de sexo, idade, nacionalidade, regiões e cidades do Brasil e categorias específicas de trabalhadores” (LEONARDI, 1991, p.140). Os primeiros proletários foram os mais pobres da população, a partir de 1840, conforme o número de fábricas de tecido

ia ampliando mais mulheres e crianças foram sendo inseridos na indústria, recebendo salários menores que os homens. Muitas dessas crianças “eram recrutadas nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade” (LEONARDI, 1991, p.98). Grande parte delas eram menores de dez anos e tinham a mesma jornada de trabalho dos adultos, crianças de cinco anos chegavam a trabalhar doze horas por dia, principalmente na indústria têxtil.

As extensas jornadas de trabalho, executadas sobretudo por mulheres e crianças por receberem menores salários, somado à mecanização das fábricas, ampliava a produtividade do trabalho e ainda fazia crescer o exército industrial de reserva e a desvalorização da força de trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho era também alcançado através da intensificação da cadência das máquinas e da coação extraeconômica e violenta (castigos corporais, ameaças, dispensas do emprego, multas, rígida disciplina do trabalho, etc.) (LEONARDI, 1991, p.136).

Era recorrente a denúncia de violências sexuais contra meninas e mulheres nas fábricas têxteis. Este contexto era permeado, também, pelo alcoolismo e doenças como a tuberculose e a sífilis. Todas as melhorias das condições de trabalho foram conquistadas através da luta, de um árduo e paciente trabalho de organização e reivindicação, que “se iniciou com a formação das primeiras associações mutualistas, já na primeira metade do século XIX” (LEONARDI, 1991, p.100). A primeira greve operária “foi realizada pelos gráficos dos três jornais do Rio de Janeiro em 1858” (LEONARDI, 1991, p.102). A partir de 1870 começam a surgir as ligas operárias, organizando a resistência dos trabalhadores contra o patronato, com o objetivo de reivindicar. Em 1907 ocorreu uma greve geral pela jornada de trabalho de oito horas. O liberalismo não abarcava os direitos sociais, que só foram implementados e “garantidos” efetivamente, e com muita dificuldade, diante da forte pressão dos trabalhadores.

As organizações sindicais não eram reconhecidas pelo Estado, não concedendo o direito à livre associação e organização nos locais de trabalho. Os líderes sindicais sofriam com prisões, processos forjados, deportações. “[...] A repressão cotidiana imposta por uma verdadeira ordem privada, no interior das fábricas, consumava de maneira férrea a ditadura do capital e a reação burguesa à organização do proletariado enquanto classe” (LEONARDI, 1991, p. 147). O autor ainda afirma que

[...] a vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e controle social e ideológico nas ruas e na cidade. [...] Nas cidades, operários, imigrantes, desempregados, ex-camponeses, artesãos, doentes, andarilhos, prostitutas, setores pauperizados da baixa classe média etc., formavam um grande exército de “deserdados da fortuna”, que chegava a constituir 70% da população urbana (LEONARDI, 1991, p. 147).

Outro agravante para as condições de vida desses trabalhadores foi a expulsão para áreas periféricas bem distantes, os chamados subúrbios industriais, sobretudo a partir de 1930. Para o autor, tratava-se de “um certo ‘saneamento’ das áreas próximas dos centros de decisão do capitalismo, onde se concentravam, inicialmente, os redutos proletários” (LEONARDI, 1991, p.151). Daí surgiram os meios de transporte utilizados pelos trabalhadores como os bondes com reboque para os operários, bicicletas, trens, ônibus.

Em relação às habitações, as formas mais comuns foram “os *mocambos* do Recife, as *favelas* cariocas e os *cortiços* de São Paulo” (LEONARDI, 1991, p.152). As construções eram de “madeira ou outros materiais mais baratos, localizadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou várzeas inóspitas, essas habitações populares constituíram um espaço típico na vida das massas trabalhadoras” (LEONARDI, 1991, p.152).

Numa descrição resumida por R. Morse (1970)

(O cortiço) ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de quatro a seis pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem a 3m por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5m. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado. À noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas do norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé malfeita e malconservada não eliminava convenientemente. [...] O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmete não existiam (MORSE, 1970 apud LEONARDI, 1991, p.153).

No geral, o operariado consumia

[...] alimentos (biscoitos, pão, massas, banha, óleos de cozinha, cerveja), vestuário (tecidos de algodão, chapéus de feltro, roupas, calçados), habitação (móveis, louça, materiais para construção como madeiras, vidros, cerâmica, olaria, cantaria), outros produtos (sabão, velas, vassouras, fósforos, cigarros, etc.) (LEONARDI, 1991, p.155).

A produção industrial que nascia estava voltada para bens de consumo de massa, “capazes de garantir a reprodução da força de trabalho, através da absorção total da massa de salários pelo mercado desses manufaturados” (LEONARDI, 1991, p.155). Assim, além de trabalhadores (força de trabalho), os operários eram também, consumidores do que produziam. O que é um dos mecanismos de acumulação do capital industrial. Mantinham os baixos salários, mas garantiam o custo da reprodução da força de trabalho.

Nos períodos de crise, tal dinâmica só conseguiria se manter reduzindo-se ainda mais os salários, aumentando o desemprego e o custo de vida, tornando escassos os gêneros básicos e ampliando a fome. Ao descrever os valores recebidos e gastos por uma família em 1919,

Leonardi (1991) afirma que “o consumo real e mínimo de uma família operária pequena (homem, mulher e duas crianças) os gastos mensais totais seriam de 207\$650, sendo que, os salários variavam entre 80\$000 e 120\$000”³ (LEONARDI, 1991, p.156). Nestas despesas não estavam incluídos transporte, educação das crianças, luz, nada além do estritamente necessário para a sobrevivência. Este cálculo foi baseado numa alimentação da mais inferior qualidade e apenas para quatro pessoas, sendo que, as famílias geralmente eram mais numerosas e, considerando ainda, que o operário trabalhasse todos os dias do ano, desconsiderando os dias parados por conta de doença, acidente, desemprego, greve. Nesse sentido, se conformava a propagação da pauperização, conforme afirma Leonardi (1991)

A propagação do pauperismo urbano acompanhava as relações capitalistas de produção. Surgia, nas cidades, uma massa de desocupados que perambulava pelas ruas: antigos artesãos, artistas de rua, prostitutas, ambulantes, tipos populares, músicos, mendigos, etc. Esta multidão de despossuídos permaneceu, em grande parte, anônima dentro da história social do Brasil (LEONARDI, 1991, p.157).

1.3 TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX E INCIDÊNCIA NOS DIREITOS SOCIAIS

A partir da década de 1930 ocorrem grandes mudanças sociais, pois, o padrão de acumulação hegemônico transitou de agroexportador para urbano-industrial. Ocorrendo também mudanças no processo de organização e lutas dos trabalhadores, assim como de reação das camadas burguesas. Nesse sentido são criadas instituições para regular as relações de trabalho, quais sejam, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Departamento Nacional de Trabalho. O primeiro “tinha entre suas principais competências orientar e supervisionar a previdência social e, também, instituir uma nova relação com os sindicatos” (SILVA, 2012, p.239).

A legislação trabalhista foi ampliada consideravelmente, se decretou jornada de trabalho de 8 horas no comércio e na indústria, regulamentou-se o trabalho feminino com salário igual ao masculino e a proibição do trabalho noturno, foi regulado o trabalho de menores. Cria-se a Carteira de Trabalho, os trabalhadores são sindicalizados mediante uma profissão regulamentada pelo governo, só assim poder-se-ia garantir os direitos trabalhistas. Foi também regulamentado direito a férias, criou-se o salário mínimo. Em 1943 se deu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que sistematizou as leis trabalhistas e sindicais trazendo forte impacto nas relações entre patrão, empregado e Estado.

³ Esses valores estão referenciados na moeda da época que era “reis”.

Na área da Previdência Social também ocorreram avanços, criou-se os Institutos de Aposentadoria e Pensão por categoria profissional (marítimos, comerciários, bancários, etc.) que ampliou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) e a rede de benefícios. Os recursos vinham do governo, empregados e patrões. Apesar dos avanços, a legislação excluía importantes categorias de trabalhadores, como os autônomos e os trabalhadores domésticos que não tinham acesso aos sindicatos nem à política previdenciária. Os trabalhadores rurais, que eram maioria na época, também ficaram de fora. Sendo assim, a política social não foi gerada numa perspectiva de direito, para beneficiar a todos, mas àqueles que faziam parte dos sindicatos corporativos do Estado.

Como coloca Boschetti (2012)

Do ponto de vista político, a opção governamental foi a de proteger, [...] as condições de trabalho, e não os trabalhadores. Desse modo a expansão dos IAPs seguiu uma lógica de cobertura progressiva de [...] categorias profissionais reconhecidas legalmente pelo Estado e consideradas necessárias ao desenvolvimento produtivo da época. No fim do governo Vargas, em 1945, somente as categorias urbanas cujas profissões tinham sido regulamentadas pelo Estado tinham direito a benefícios, sob a condição de seus trabalhadores estarem inseridos no mercado. Os trabalhadores rurais e autônomos, os [...] sazonais, os que se situavam no mercado informal e os desempregados não tinham direito a nenhum tipo de proteção social (BOSCHETTI, 2012 apud SILVA, 2012, p.241).

Em 1931 a Lei de Sindicalização torna o sindicato instituição pública, deixando de ser um órgão de representação dos interesses dos operários, passando a ser um órgão consultivo e técnico do governo. A pluralidade sindical também foi eliminada, delegados do governo assistiam as reuniões emitindo relatórios sobre a situação financeira, estavam sob estrita vigilância. Como não era obrigatório sindicalizar-se, o governo oferecia vantagens aos operários vinculados aos sindicatos oficiais criados pelo governo, como direito a férias e acesso à Previdência Social.

Outras mudanças na legislação ocorrem em 1934, como o fim da unicidade sindical, os delegados do governo foram tirados dos sindicatos. Estes, deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e enviar seus estatutos e a lista de associados, aumentou-se as garantias dos operários sindicalizados. A interferência do Estado era dual para os operários, pois, ao mesmo tempo que os protegia com a legislação trabalhista, constrangia a legislação sindical, interferindo na liberdade das organizações operárias. Estas, ficavam dependentes do Ministério do Trabalho. Na década de 1930 o dilema para os operários foi “liberdade sem proteção ou proteção sem liberdade”. Havia correlação de forças desigual entre operários e patronato.

Na década de 1940 há um maior controle sobre os sindicatos por parte do governo, para que o sindicato fosse legal era necessário que obtivesse uma carta de reconhecimento do

Ministério do Trabalho. Era este que aprovava os orçamentos e as decisões das assembleias. Os sindicatos só podiam ser organizados por algumas categorias econômicas e profissionais. Criou-se o imposto sindical, cobrado de todos, sindicalizados ou não, o que levou à proliferação de pequenos sindicatos.

Getúlio Vargas governou o país de 1930 a 1945 quando foi deposto, e de 1950 a 1954 quando supostamente se suicidou. Apesar de todas as transformações ocorridas neste período, a exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora seguiu. Ou seja, “do ponto de vista de proprietários e não proprietários dos meios de produção, isto é, do ponto de vista de compradores e vendedores da força de trabalho; o sistema segue tendo por base e norte a realização do lucro” (OLIVEIRA, 2003 apud SILVA, 2012, p.236). Os trabalhadores seguiram sendo explorados, já não mais pelos proprietários rurais, mas sim pelas novas classes burguesas de empresários da indústria. Vargas, para manter sua popularidade “atendia parcialmente às reivindicações dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que tentava conter a ascensão de suas lutas, cooptando lideranças e regulando suas ações” (SILVA, 2012, p.237).

Todas as conquistas dos trabalhadores durante este governo, sobretudo a CLT, tinham o objetivo de “apoiar a expansão da indústria no país, contribuindo para o ajuste dos trabalhadores ao regime de trabalho imposto por essa expansão. As legislações trabalhistas e previdenciárias foram essenciais a esse propósito” (SILVA, 2012, p.238).

Num plano macro, a nível mundial, em 1945 dava-se fim à Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento, a tensão gerada pela

[...] oposição entre potências imperialistas enquanto complexos de interesses nacionais mutuamente excludentes abrandou-se sensivelmente. Com a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão, a conjuntura mundial perdeu o caráter de uma polaridade de imperialismos rivais para assumir a feição de um superimperialismo centralizado na América do Norte que reordenou a economia internacional como potência hegemônica, e financiou a restauração dos parques industriais europeus e japoneses. Deste modo, os norte-americanos não só evitaram a ameaça de progressão de algumas das antigas potências para regimes socialistas, como se apropriaram do comando das economias rivais (RIBEIRO, 1988, p.34).

As grandes corporações norte-americanas passaram a administrar uma economia mundial do dólar, isso devido ao seu grande poder econômico e domínio tecnológico. Nesta conjuntura

tornou-se praticamente impossível o crescimento de qualquer empresa de dimensão mundial sem a participação norte-americana, seja pela concessão do controle acionário, seja através de acordos de assistência técnica ou de pactos de ação conjunta. Dessa forma, a antiga conjuntura mundial de trustes e cartéis em competição deu lugar a um reduzido número de superempresas monopolísticas dominadas pelos norte-americanos (RIBEIRO, 1988, p.34-35).

Os norte-americanos buscavam conter a expansão socialista para fortalecer os mecanismos de dominação econômica através da projeção mundial de suas grandes empresas. À nível mundial, essa política de contenção gerou “guerras locais como as da Coreia e do Vietnã; golpes de estado, como os do Irã, da Guatemala, da Indonésia, do Brasil, de Gana, da Grécia e inúmeros outros; e intervenções armadas, como as de Cuba, do Congo e da República Dominicana” (RIBEIRO, 1988, p.36). Os principais aliados dos norte-americanos na manutenção do sistema imperialista e regressão para formas de dominação ainda mais extremas, são Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Rodésia e Israel.

Em 29 de outubro de 1945 o General Eurico Gaspar Dutra é eleito à presidência da república através do voto popular, depois de um longo período de regime autoritário. Essa abertura democrática se deu devido às ideias democráticas que ganhavam força em muitos países. O movimento popular ganhou força, na qual

[...] a estratégia hegemônica da esquerda se assentava na luta contra o latifúndio e o imperialismo, buscando desbloquear o desenvolvimento econômico e social do país e à afirmação da sua identidade nacional. Essa estratégia considerava que havia uma primeira etapa de luta nacional e democrática, até que se criassem as condições para uma luta capitalista. Foi um período de extraordinários avanços no desenvolvimento econômico do país, na construção do Estado nacional, na conquista dos direitos sociais da população e na elaboração de uma ideologia nacionalista. (SADER, 2010 apud SILVA, 2012, p.242-43).

Contudo, o Brasil não contou com um Estado social desenvolvido nem viveu a generalização do emprego. O que marcou esse período (1930-1980) de estruturação da indústria nacional e de regulação das relações entre capital e trabalho foi a expansão do trabalho assalariado com carteira assinada. Segundo Pochmann (2001) “durante os anos 40 e 70 a cada 10 postos de trabalho criados apenas dois não eram assalariados, sendo 7 com registro formal” (POCHMANN, 2001 apud SILVA, 2012, p.243). Mesmo com o crescimento econômico não houve redistribuição de renda, redução das desigualdades sociais e melhoria no padrão de vida da classe trabalhadora.

O padrão de acumulação vai deixando de ser agrário-exportador para tornar-se urbano-industrial com atividades ligadas a um mercado interno. O que “marcou fortemente a economia, a cultura, o trabalho, os serviços públicos, o turismo e outros aspectos da dinâmica do país” (SILVA, 2012, p.244). Como nos traz Silva (2012), citando Oliveira (2003),

É relevante o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação, após 1930, e o papel do Estado na institucionalização das regras do mercado. Na sua opinião “as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação”. Para tanto, fazia-se necessário que a população que afluía às cidades fosse transformada em “exército de reserva”, adequando-se à reprodução do capital, o que favorecia que a legislação trabalhista igualasse “reduzindo –antes que incrementando – o preço da força de trabalho”. Esse

nivelamento dos salários beneficiou a acumulação, pois se os valores dos salários fossem condicionados ao “mercado livre”, algumas categorias operárias especializadas alcançariam valores mais elevados. Portanto, medidas como o a instituição do salário mínimo na década de 1930 e sua implantação na década subsequente tiveram função relevante na acumulação do capital, corroborando para a concentração da riqueza nas mãos dos capitalistas (OLIVEIRA, 2003 apud SILVA, 2012, p.244).

O Estado passa a interferir nas atividades econômicas do país, aparecendo como agente econômico do processo produtivo, operando diretamente no processo de acumulação capitalista. Em relação aos indicadores do mercado de trabalho, com base nos dados do IBGE, Pochmann (2002) afirma que

[...] entre 1940 e 1980, o mercado de trabalho apresentou sinais de estruturação em torno do trabalho assalariado. Dessa forma, em 1940, um percentual de 42% da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada era assalariada, e em 1980, esse percentual alcançou 62,8%, com redução das ocupações sem registro formal (de 29,9% para 13,6%), sem remuneração (19,6% para 9,2%), por conta própria (de 29,2 para 22,1) e do desemprego (de 6,3% para 2,8%) (POCHMANN, 2002 apud SILVA, 2012, p.246).

A partir da metade de 1950 ocorreram muitas manifestações populares contra a carestia, o desemprego, a inflação e o arrocho salarial e pela ampliação dos direitos sociais. Foi neste período que se expandiram as greves por todo o território nacional e os trabalhadores rurais também manifestaram suas demandas. A previdência social tornou-se o centro dos debates políticos. “O movimento popular havia conquistado sua maior adesão e força entre as massas, contava com uma grande quantidade de lideranças com firme consistência ideológica e consciência de classe” (SILVA, 2012, p.256).

Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu a presidência de 1961 a 1964, enfrentando grandes dificuldades para aprovar seus projetos econômicos, políticos e sociais, pois, não dispunha de base de apoio parlamentar para aprovar os mesmos. Sua estratégia foi aliar-se às classes populares com o objetivo de lograr apoio social ao seu governo. Dessa forma conseguiu aprovar projetos como a instituição do 13º salário e o Estatuto do Trabalhador Rural. Porém, não obteve recursos para operacionalizar os direitos conquistados pelos trabalhadores rurais diante do golpe que sofreu.

Em 1964 o presidente João Goulart foi destituído, os militares tomaram o poder impondo o General Castelo Branco como o novo presidente da república. Os direitos políticos e civis foram duramente afetados pelo golpe, com intensa repressão. Houve a perda da liberdade de imprensa e expressão; as greves foram proibidas; lares e correspondências eram violados e a integridade física também através da tortura nos cárceres; o direito à vida era desrespeitado e os opositores eram assassinados; sindicatos e movimentos operários foram fechados e

proibidos; as eleições diretas foram eliminadas, contudo seguiram ocorrendo eleições presidenciais. O Ato Institucional número 5, em 1968, foi o mais violento e repressivo e o que mais atingiu os direitos civis e políticos, suspendendo o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional e colocando normas mais duras de repressão.

Os governos instalaram o terrorismo de Estado provocando medo de morrer ou perder a família, parentes e amigos, havendo insegurança em qualquer lugar que o sujeito estivesse. Quase cinco mil pessoas foram punidas com cassação de mandatos e aposentadoria, demissão e perda de direitos políticos, os militares que se opuseram ao golpe foram expulsos. Assim, as forças armadas eliminaram a oposição interna para agir livremente no poder.

No regime militar “houve significativo crescimento econômico, expansão da indústria e do trabalho, com distinta participação do Estado” (SILVA, 2012, p.256). Segundo Ianni (2004), “desenvolveu-se o complexo industrial-militar, articulado no e pelo Estado. Desde o golpe de Estado de 64 reforçou-se e desenvolveu-se a aliança entre as Forças Armadas, com a indústria, a burguesia industrial” (IANNI, 2004 apud SILVA, 2012, p.256).

Os direitos sociais foram expandidos nos governos militares, realizaram a unificação e universalização da previdência e criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social. As contribuições eram mensais, descontada de todos os trabalhadores registrados. Os benefícios de aposentadoria, pensão, assistência médica foram uniformizados. Os trabalhadores rurais, empregadas domésticas e trabalhadores autônomos foram incluídos na previdência. A estabilidade no emprego acabou, para compensar, criou-se o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS). Os direitos civis e políticos foram restringidos, o sentido da cidadania foi esvaziado.

Silva (2012) ressalta que

[...] durante o período da ditadura militar houve um aprofundamento da função das políticas sociais, inclusive da previdência social, como instrumento de controle político do Estado sobre a sociedade. O acesso aos benefícios ficou basicamente limitado aos trabalhadores assalariados, os seus valores foram reduzidos e o processamento administrativo destes benefícios ocorria desprovido da visão de direito, mais um forte recorte de benesse (SILVA, 2012, p.259).

Ao longo da década de 1970 foram incorporadas categorias como trabalhadores rurais, empregados domésticos, trabalhadores autônomos. O processo de assalariamento contribuiu para a ampliação da cobertura da previdência social. Como aponta Boschetti (2006)

[...] a previdência fundada na lógica do seguro social, o processo de assalariamento e a industrialização ocuparam um lugar importante na gênese da seguridade social no Brasil. Mas, estes três elementos não foram capazes de consolidar uma “condição salarial” que pudesse ter como resultado uma “sociedade salarial” com suas implicações: pleno emprego [...], identidade social construída a partir da posição ocupada na estratificação salarial, acumulação homogênea de bens e produtos,

ampliação de direitos e garantias, e multiplicação e universalização da proteção social e da segurança social (BOSCHETTI, 2006 apud SILVA, 2012, p.264).

A economia brasileira cresceu consideravelmente entre 1930 a 1980, com grande diversificação da indústria, a força de trabalho aumentou de 15,7 milhões para 45 milhões de pessoas, o Produto Interno Bruto *per capita* cresceu 380%. Contudo, não se logrou absorver toda a mão de obra (THEODORO, 2009 apud SILVA, 2012, p.264).

Ernesto Geisel assumiu a presidência em 1974, indicando o fim da ditadura militar. O AI-5 foi revogado, houve o fim da censura prévia, a volta dos exilados, o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. Em 1979 aprovou-se a lei de Anistia, onde se perdoa os dois lados, os acusados de crime e os agentes de segurança que haviam prendido, torturado e matado.

Foi abolido o bipartidarismo, alguns partidos dividiram-se em dois, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. O sindicalismo ressurgiu, mas agora sob liderança dos operários, lutavam para manterem-se independentes do controle do Estado. Os sindicatos rurais também se fortaleceram, por não haverem sofrido tanta interferência no governo militar, pois, como eram assistencialistas, não havia mobilização política.

A crise econômica mundial da década de 1970 gerou profundas mudanças no capitalismo, onde seus desdobramentos levaram a ações com o objetivo de frear tal crise, buscando um novo padrão de acumulação capaz de gerar superlucros. Como resultado dessas ações, na década de 1980, em alguns países periféricos, houve o aumento da exploração dos trabalhadores através da elevação da produtividade, elevação da jornada de trabalho, redução dos salários, ampliação da superpopulação relativa através do aprofundamento do desemprego e do subemprego, entre outros. Estes novos métodos de produção e gestão da força de trabalho fizeram parte das estratégias da reestruturação produtiva, a fim de atender ao novo regime capitalista de acumulação flexível, em que o Toyotismo foi consagrado como modo de organizar o trabalho e conseqüentemente, a produção. No Brasil, experimentamos o aumento da inflação, o crescimento da dívida interna e externa, e a elevação das taxas de juros que causaram as quedas nas taxas de investimentos e a recessão (SILVA, 2012, p.265).

Neste contexto o trabalho formal breou e deu lugar ao trabalho informal,

[...] de cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro. O saldo total dos empregos assalariados representou 68% do universo de ocupações criados no mesmo período, significando que, de cada dez ocupações, oito eram provenientes do segmento assalariado (POCHMANN, 2002 apud SILVA, 2012, p.267).

Esse quadro interferiu na cobertura da previdência social, assim como no aumento do trabalho desprotegido concorrendo para o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Ocorreram ainda mudanças na organização do trabalho, na estrutura produtiva, no mercado de trabalho e na organização, representação e ação política dos trabalhadores. Mobilizando lutas “pelo fim da política econômica recessiva e dependente do capital externo; redemocratização e ampliação dos direitos sociais” (SILVA, 2012, p.268).

Dentro da Igreja Católica surgem as Comunidades Eclesiais de Base posicionando-se em defesa dos direitos humanos e contra a ditadura militar. A maior mobilização popular foi a reivindicação pelas eleições diretas, por meio da campanha “Diretas Já”, em 1984. Ocorreu ainda neste ano, uma grande greve contra a carestia, a desvalorização salarial e a ampliação das liberdades democráticas. Outra grande greve ocorreu em 1986 contra o plano cruzado e seus efeitos para os trabalhadores. Em 1989 houve a primeira eleição direta para presidente da República.

A década de 1980 representou o fortalecimento do movimento sindical e do campo popular; foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); iniciou-se o processo constituinte. Os direitos políticos se ampliaram como nunca, contudo, as desigualdades sociais têm fortes expressões, sendo principalmente de natureza regional e racial. Economicamente o país contraía uma enorme dívida externa e interna, recessão, inflação, carestia, desvalorização salarial, desemprego, elevação das taxas de juros (SILVA, 2012, p.269).

Foi numa conjuntura de crise mundial e disputas político-ideológicas que, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal (CF), um documento que tinha como norte a garantia dos direitos dos cidadãos; ampliação dos direitos sociais; a universalidade do voto, sendo facultativo aos analfabetos, a idade mínima reduzida para 16 anos (facultativo). Fixou para aposentados e pensionistas o mínimo de um salário mínimo, introduziu a licença paternidade (5 dias); para pessoas com deficiência e maiores de 65 anos ofereceu um salário mínimo independente de contribuição. A educação teve grandes avanços, diminuiu o nível de analfabetismo e aumentou a escolarização de sujeitos entre 7 e 14 anos. Na área da Previdência Social elevou-se a um salário mínimo a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Em relação aos direitos civis, coloca a liberdade de expressão, imprensa e organização; o racismo como crime inafiançável (lei ordinária define os crimes por preconceito de cor e etnia).

Percebe-se, entretanto, precário conhecimento, extensão e garantia dos direitos civis. A educação é o que mais interfere na consciência do exercício dos direitos civis e políticos. A falta de garantia dos direitos civis se dá principalmente em relação à segurança individual, à

integridade física e ao acesso à justiça. Os órgãos encarregados de garantir tais direitos – serviço judicial – não estão para proteger os cidadãos, mas sim, proteger uma pequena elite privilegiada.

A partir da CF de 1988, institui-se o sistema de proteção social brasileiro, a Seguridade Social, que traz a universalização do acesso às políticas de assistência social, saúde e previdência social. Este modelo de proteção social se constituiu diante da formação social, econômica e política do país. Tal sistema começou a ser tecido a partir da seguinte rede

[...] em 1974, por meio da lei n.74.274, de 4 de julho, foi criado o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), responsável pela coordenação nacional e gestão das políticas de previdência social e assistência. Em 1977, a Lei n. 6.439, de 1º de setembro, cria o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), com a função de integrar ações, programas, projetos, serviços e benefícios de competência de sete órgãos, sob a orientação, coordenação e gestão do MPAS; Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), responsável pela política de saúde dos segurados; Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que geria e operacionalizava os benefícios; Instituto de Administração financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), responsável pela administração e arrecadação dos recursos da previdência; Fundação Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), a qual competia a política de assistência social; Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - (Funabem), com a atenção voltada para as crianças e adolescentes; Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev); Central de Medicamentos (Ceme) que geria a política de medicamentos. O Sinpas tornou o MPAS responsável pelas políticas de previdência, saúde, assistência, farmacêutica e da criança e do adolescente. Essa rede prenunciou o sistema de seguridade social, que nasceu em 1988 (SILVA, 2012, p.261).

O art. 194 da CF/1988 estabelece que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). A saúde é um direito de caráter universal, a previdência é um direito de caráter contributivo vinculado ao trabalho e a assistência acabou configurando-se como um direito de caráter seletivo. Isso mostra que a seguridade social “apesar de apresentar caráter inovador e intencionar compor um sistema ou um padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido” (BOSCHETTI, 2004 apud SILVA, 2012, p.132).

Esse caráter híbrido reflete a correlação de forças que se estabeleceu no processo constituinte. A conjuntura nacional era de

[...] movimentos sociais em plena ascensão, impulsionados em torno da redemocratização no país, resgate das liberdades individuais e coletivas suprimidas no período da ditadura militar, e ampliação dos direitos sociais, com vista à redução da enorme dívida social que se estabeleceu no período ditatorial. Participaram por meio das formas diretas e indiretas possibilitadas pela estrutura da Assembleia Nacional Constituinte (SILVA, 2012, p.133).

Segundo Souza (2001),

[...] essa estrutura assegurava a participação da população por meio das propostas de emendas populares, envio de mensagens pela rede de correios e através dos debates

nas subcomissões temáticas, com participação direta dos cidadãos ou por meio de suas entidades representativas (SOUZA, 2001 apud SILVA, 2012, p.133).

A instituição da seguridade social mostra que “o Estado assumiu [...] uma posição de corresponsabilidade, no que se refere à manutenção das desigualdades e suas consequências: a pobreza, o desemprego, a informalidade” (THEODORO, 2009 apud SILVA, 2012, p.278). Mesmo organizando o assalariamento, este não se universalizou, uma significativa parte da força de trabalho ficou de fora do trabalho assalariado. Nos anos 1990, as transformações no mundo do trabalho se aprofundam no intento de superar a crise que se arrastava a duas décadas, recaindo sobre os trabalhadores o encargo de tal crise. Instala-se um quadro de redução do trabalho assalariado formal; expansão do desemprego prolongado, das ocupações precárias e da queda da renda média mensal real dos trabalhadores e de sua participação no conjunto da renda nacional.

Alguns fatores marcam determinantemente as limitações para uma efetiva implementação da seguridade social, quais sejam,

[...] a condição contemporânea do trabalho, marcada pelo desemprego elevado e prolongado; as relações de trabalho precarizadas e o crescimento gigante da chamada economia informal. Além disso, incluem-se: as orientações macroeconômicas hegemônicas que marcam as últimas décadas que favorecem o capital, fortalecendo o comando central da acumulação sob a regência do capital portador de juros; a crescente cooptação dos movimentos sociais pelas forças políticas no poder; o arrefecimento das lutas sindicais [...]; a não elaboração e não execução do orçamento único de seguridade social da forma recomendada constitucionalmente; e outros aspectos vitais à sua conformação como um sistema amplo e coeso de seguridade social (SILVA, 2012, p.147).

Foi a força da luta, sobretudo dos trabalhadores assalariados, que levou a conquista de um sistema de proteção social, iniciando-se pela previdência social. Contudo, sua capacidade de cobertura depende da condição estrutural do trabalho assalariado, pois, a cobertura previdenciária se dá na proporção do nível de assalariamento formal.

Se na década de 1980 houve a expansão da previdência social, a partir de 1990, com o aprofundamento do desemprego e da informalidade a cobertura previdenciária reduziu progressivamente. Nas análises da autora

[...] há evidências de que as mudanças na proteção social, a partir da instituição da seguridade social que ampliou e reforçou os direitos atinentes à saúde, previdência e assistência social, podem ter estimulado a cobertura previdenciária já nos primeiros anos de vigência, particularmente no ano de 1989 (após a regulamentação de alguns itens da Constituição Federal sobre seguridade social), e, com isso, amortecido os efeitos negativos sobre a cobertura do sistema devido ao aprofundamento contínuo do desemprego e da informalidade (SILVA, 2012, p.276).

Em 1995 Fernando Henrique Cardoso é eleito à presidência da república, afirmando um pacto com as políticas neoliberais, estas, preconizam a mínima intervenção do Estado no mercado; defendem a máxima desregulamentação da força de trabalho, com a diminuição da renda e a flexibilização do processo produtivo. Diante da abertura comercial ao mercado externo as empresas nacionais foram forçadas a transformar seus processos produtivos e de gestão da força de trabalho. Tal governo impôs medidas que asseguravam a reestruturação produtiva, tais quais,

[...] desregulamentação e regressividade dos direitos sociais, sobretudo na área do trabalho e previdência social; as alterações na legislação pertinente ao servidor público, além da reestruturação do aparelho do Estado, voltada para o enxugamento da máquina estatal, por meio do Programa de Demissão Voluntária (PSV) e da privatização da empresas estatais em áreas estratégicas (telefonias, extração de minérios etc.) (SILVA, 2012, p.291).

Essas ações provocam um recuo em relação às conquistas obtidas até então. A redução do trabalho formal gerou uma crise do movimento sindical devido à queda do número de sindicalizados. Assumindo um caráter menos político no enfrentamento à luta de classes e “mais pragmático e corporativista circunscrito ao segmento ou à empresa” (ALVES, 2002 apud SILVA, 2012, p.282). O trabalhador vivia sob a ameaça do desemprego e da precarização, perdendo força diante das exigências do capitalismo, refletindo na carência de greves e manifestações. “Essa situação representa uma debilidade política (e ideológica) das organizações sindicais e da sua capacidade de reagir à ofensiva do capital sob condições objetivas de um novo regime de acumulação capitalista” (ALVES, 2002 apud SILVA, 2012, p.182-83).

No campo subjetivo, a reestruturação produtiva, tanto no enxugamento da força de trabalho quanto na nova força de trabalho no serviço público mais aberto às exigências do capitalismo contemporâneo, leva a que seja suprimida a memória do “trabalhador coletivo” e sua experiência de classe (SILVA, 2012, p.183).

Todas estas transformações desencadearam a desestruturação do mercado, das relações e condições de trabalho. Percebe-se

[...] relações arcaicas e informais no campo e até mesmo nos grandes centros urbanos, convivendo com relações informais e/ou formais assentadas em contratos de trabalho por tempo determinado, na terceirização, nas ações de trabalho internacionalizadas, todas inteira ou parcialmente sob comandos gerenciais eletrônicos por meio da microeletrônica (SILVA, 2012, p.283).

Depois da crise do neoliberalismo no século XX, nos anos 2000, surge um novo projeto da classe dominante denominado “novo desenvolvimentismo”, com o objetivo de “moldar uma determinada concepção de mundo para o aprofundamento de uma etapa superior do capitalismo

dependente brasileiro” (CASTELO, 2013, p.120). Muitos autores acreditam que o novo desenvolvimentismo não tem força suficiente para determinar os rumos das políticas do Estado, sobretudo, as econômicas, geopolíticas e sociais.

Diante do avanço das forças progressistas, as classes dominantes reagiram, “inclusive com manifestações esporádicas da extrema-direita de coloração fascista” (CASTELO, 2013, p.120), desencadeando golpes de Estado em vários países da América Latina. Para dar conta da crise do capital, em meados da década de 1990, e relativo crescimento das forças políticas de contestação da ordem mundial, surge o social-liberalismo. Este, pretende agregar ao neoliberalismo uma agenda social, buscando dar uma cara mais humana ao desenvolvimento e à globalização com o objetivo de amenizar as tensões sociais e políticas. Propondo uma atuação nas expressões da questão social, como a pobreza, a degradação ambiental, a violência, dentre outras.

Todavia, para o social-liberalismo, o mercado ainda é a melhor forma de organização social para a produção da riqueza. O que se tem, na verdade, é um sistema que preserva a essência do neoliberalismo visando

[...] o lucro dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na “questão social”, o apassivamento e a cooptação das classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas (CASTELO, 2013, p.122).

Em 2003 Lula é eleito presidente da república, aderindo ao projeto social-liberal. No segundo mandato do referido presidente, de 2007 a 2010, os governos do PT colocaram algumas ações com o intuito de romper com o neoliberalismo, principalmente em relação às políticas econômicas. Tais ações se referem à redução gradual dos juros, aumento do crédito ao consumidor e do salário mínimo, desonerações fiscais e tributárias e financiamento do capital monopolista nacional via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acontece uma adesão ao novo desenvolvimentismo, contudo não há um rompimento com o neoliberalismo.

Castelo (2013) analisando Perry Anderson (2007), mostra que para romper com o neoliberalismo, que representa a hegemonia dos rentistas do poder dominante mundial, se faz necessário “enfrentamentos diretos, massivas mobilizações populares e reformas institucionais” (ANDERSON, 2007 apud CASTELO, 2013, p.123). A política econômica não tem força para alterar as bases de um padrão de acumulação capitalista sem alcançar estes feitos citados anteriormente. Houve sim, uma desigual distribuição do orçamento da União para as classes

sociais, e o ajuste fiscal garantiu altas taxas de rentabilidade ao grande capital que ficou com 44% do orçamento, enquanto as necessidades básicas dos usuários dos serviços sociais públicos não são atendidas (CASTELO, 2013, p.125).

Deve-se levar em conta que

Em períodos de crescimento econômico, é possível se constatar a elevação simultânea das rendas do trabalho e do capital. Os rendimentos das classes trabalhadoras também subiram nos últimos anos, devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrão e empregados favoráveis ao trabalho, dos programas de transferência de renda e das mobilizações e greves. E tais ganhos não devem ser desprezados, ainda mais se pensarmos nas condições de miserabilidade de milhões de cidadãos brasileiros. Entretanto, o aumento da renda do trabalho, segundo evidências aqui relatadas, não seguiu o ritmo do crescimento das rendas do capital, isto sem falar na concentração da propriedade, uma caixa-preta que precisa ser aberta e codificada (CASTELO, 2013, p.127).

Há um novo padrão produtivo de exportação, no setor primário e na produção de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, onde a política estatal de exportação privilegia o agronegócio

[...] com suas mercadorias produzidas por cadeias produtivas que conjugam o que há de mais moderno e mais arcaico no país. Todo esse processo se dá sob a marca da violência sanguínea da acumulação primitiva-contemporânea do capital: grandes latifúndios protegidos por capangas e pistoleiros e financiados pelo crédito público, pela expropriação, saque e pilhagem dos territórios ocupados por indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e a superexploração da força de trabalho, muitas vezes infantil e/ou em situação análoga da escravidão (CASTELO, 2013, p.134).

O Estado tem se posicionado ao lado do grande capital atropelando territórios, modos de vida e direitos sociais. E ainda vem privatizando o que é público, promovendo concessões e parcerias público-privadas, sobretudo nos setores de energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais (como saúde, educação, esporte, cultura) onde a real intenção é “construir uma infraestrutura adequada aos grandes projetos de desenvolvimento capitalista, em particular nas fronteiras da acumulação do agronegócio com altas taxas de rentabilidade garantidas pelo Estado” (CASTELO, 2013, 134). O misto de social-liberalismo com novo desenvolvimento não conseguiu superar os efeitos da crise, o que se tem é um baixo crescimento econômico.

Esse modelo, entretanto, teve seu fim decretado com a destituição de Dilma Rousseff do poder em 2016. O governo de Michel Temer e agora de Jair Bolsonaro tem retomado o projeto neoliberal no campo econômico e político, com graves impactos sociais, sem mencionar a questão política, que possui traços extremamente conservadores.

2 AS CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR ATENDIDO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Brasil, último país a acabar com a escravidão tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso.

Ribeiro, 1995

Foi a partir da década de 1990, que ocorreu no Brasil, o início do processo de intensas mudanças no mundo do trabalho. Diante de todas essas transformações, houve expressiva destituição do assalariamento por parte da classe trabalhadora, e conseqüentemente, da proteção social, especialmente vinculada ao trabalho assalariado. A recessão econômica deste período gerou a redução do trabalho formal, expansão do desemprego prolongado, das ocupações precárias e da queda da renda média mensal real dos salários e de sua participação no conjunto da renda nacional, acarretando impactos negativos na vida cotidiana dos trabalhadores e o aprofundamento das desigualdades sociais.

2.1 OS USUÁRIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: TRANSITANDO ENTRE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diante do caráter contributivo da previdência social, e considerando-se a grande diminuição dos postos de trabalho assalariado, sobretudo do trabalho formal com registro na Carteira de Trabalho, os trabalhadores passam a ser, também, usuários da política de assistência social. Pois, como coloca o texto constitucional, a previdência social tem caráter contributivo, o artigo 201 da CF/88, antes da Reforma da Previdência de 1998 assegurava que

Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a: cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão; ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (BRASIL, 1988).

Texto este, que foi alterado pela Emenda Constitucional n.20 de 1998, trazendo mudanças na cobertura da previdência social, dentre elas a

Exclusão dos eventos de acidente do trabalho, reclusão e ajuda à manutenção de dependentes de segurado de baixa renda; exclusão do garimpeiro no regime de economia familiar; restrição do salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes de segurados de baixa renda; as aposentadorias por tempo de serviço no texto original passaram a ser por tempo de contribuição; e o sistema passou a ser de filiação

obrigatória e funcionar condicionado ao equilíbrio financeiro e atuarial (SILVA, 2012, p.139).

Podemos observar que, mesmo estando segurado, também há trabalhadores com baixa renda. Sendo assim, apesar de ter cobertura previdenciária, este segurado é por vezes, usuário da política de assistência social para dar conta dos mínimos necessários para sua subsistência.

Como coloca a autora Silva (2012)

O desemprego e a regressão dos direitos sociais são expressões da nova configuração assumida pelo capitalismo, que afetam a vida dos trabalhadores e possuem na dilapidação da seguridade social um ponto de encontro, uma vez que a “reforma” regressiva da previdência social não pode ser vista separada do novo papel do Estado no contexto de mudanças do capitalismo (SILVA, 2012, p.291).

A expansão da seguridade social tem um sentido político, como afirma Mota (2009), que se dá na contraposição da mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, onde se percebe a restrição ao acesso a seus benefícios. A justificativa se refere ao “crescimento da pobreza e à impossibilidade de sustentabilidade financeira de ambas as políticas que requerem sistemas privados complementares e redução de serviços e benefícios” (MOTA, 2009 apud SILVA, 2012, p.145).

Mota (2009) coloca ainda que a seguridade toma caráter ideológico e político por ser uma instituição social e um mecanismo de enfrentamento da desigualdade. Sendo assim, a seguridade social é mediadora “da reprodução social, referindo-se à reprodução da força de trabalho e à totalidade da esfera da reprodução das relações sociais, nela incluídas a reprodução das contradições sociais e as lutas de classe” (MOTA, 2009 apud SILVA, 2012, p.145).

As condições de trabalho se deterioraram diante do trabalho informal, dos empregos de curta duração, dos salários descontínuos e sem proteção social previdenciária. “A condição estrutural do trabalho no país afetou o cotidiano dos trabalhadores” (SILVA, 2012, p.285).

Segundo Mattoso (2010)

Chegaram a ficar às margens das relações formais de trabalho ou desempregados mais de trinta milhões de brasileiros. Ao final da década de 1990, estavam na informalidade dois a cada cinco brasileiros ativos dos grandes centros urbanos. A inflação havia voltado a quase 20% ao mês (MATTOSO, 2010 apud SILVA, 2012, p.285).

Essa situação leva à vulnerabilização dos trabalhadores, pois as possibilidades de proteção social por meio do trabalho assalariado são reduzidas de forma expressiva.

A assistência social para se configurar enquanto um direito social passou por intensos processos de construção e debates entre cientistas sociais, assistentes sociais, dirigentes políticos, diversas categorias e movimentos sociais, sindicatos, cidadãos, enfim. Percorreu uma

longa trajetória até ser instituída na CF, esta por sua vez, “garante” que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de qualquer forma de contribuição.

O art. 203 da CF/88 mostra seu caráter não contributivo, porém seletivo

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Essa seletividade está orientada pelo neoliberalismo, que não permite que se instale em plenitude um sistema de seguridade social, da forma em que foi organizado e instituído na CF/88. O que há por parte do capital é uma tentativa de desmonte do que se conquistou constitucionalmente. Como afirma Mota (1995)

A despeito de o texto da Constituição de 1988 conter princípios que garantem a universalidade da seguridade social, percebemos que a emergência de novos processos políticos ao lado do agravamento da crise econômica, gera um movimento por parte do grande capital e da burocracia estatal, que procura negar aquelas conquistas obtidas, sob a alegação da necessidade de adequação do modelo de seguridade social às atuais reformas econômicas do país (MOTA, 1995 apud SILVA, 2012, p.143).

Yazbek (2006) coloca a assistência social “como ação engendrada na teia das relações estabelecidas entre o Estado e os setores excluídos da sociedade, no contexto da reprodução social da força de trabalho”⁴ (YAZBEK, 2006, p.49). A referida autora entende que as políticas assistenciais resultam das relações entre Estado e sociedade e dos mecanismos elaborados para regular essas relações. E ainda, que as políticas sociais apresentam uma forma modificável, conforme as ações do Estado em relação à força de trabalho. Sendo assim se moldam aos interesses da classe dominante e camuflam as relações de dominação, as estratégias que favorecem a economia capitalista.

⁴ O conceito de exclusão social é utilizado largamente na literatura sobre as políticas sociais, sobretudo, na política de assistência social. Cabe ressaltar que se trata de um conceito vinculado às análises da política social dos países desenvolvidos que tiveram experiências de amplos sistemas de proteção social e que durante o declínio dos mesmos, camadas substanciais da população empobrecida sem vínculo de trabalho formal, e portanto, naquelas condições sem a proteção social, foram nomeados como excluídos. Carraro (2016) analisa o termo “exclusão” na proteção social brasileira e destaca que “a estrutural diferença entre a realidade brasileira e a dos países desenvolvidos não possibilita o uso dessa categoria para as análises sobre a nossa realidade” (CARRARO, 2016, p.183). A grande maioria da população brasileira nunca teve inserção no mercado de trabalho formal, e o não ser incluído é uma condição estrutural. Nunca houve inclusão total no sistema de proteção social para que em algum momento se fosse excluído dela. Nos limites deste trabalho de conclusão de curso, quando cunharmos o termo exclusão social, nos referimos às carências sociais e não acesso aos direitos sociais, cientes dos marcos estruturais do capitalismo e de seus rebatimentos para a classe trabalhadora e as reais condições para transformação em suas condições de vida dentro deste sistema.

Ao longo da história alguns governos “ampliaram” a assistência social com o intuito de legitimarem-se, como é o caso da era Vargas, das políticas sociais da ditadura militar e dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, não houve suficientes “investimentos, reconhecimento legal, infraestrutura, capacidade de respostas às demandas, etc.”, a assistência social continua na periferia da proteção social, inclusive das políticas de seguridade social (SILVA, 2012, p.146).

No Brasil existe uma “cultura política” do favor, da benesse, do clientelismo, na qual a classe subalternizada é levada a acreditar que os direitos sociais são um favor, culpabilizando-os por sua condição social de pobreza, reforçando sua imagem como “desamparado”, “necessitado”. A assistência social aparenta ser uma “ajuda pontual e personalizada a grupos de maior vulnerabilidade social. Associada a ações de benevolência para com a pobreza, a assistência se apresenta como modalidade paliativa e secundária no conjunto das políticas sociais brasileiras” (YAZBEK, 2006, p.51-2).

Com a regressão do acesso à previdência social, houve uma pressão maior de demanda destinada à assistência social, que somada aos programas de governo, sobretudo os de transferência de renda, colocou a assistência social no centro estratégico da seguridade social. “Pois, enquanto estes programas eram estruturados, não houve investimentos em outras políticas sociais. [...] Essa centralização se deu por sua utilização como um mecanismo importante no jogo de poder, no jogo político-ideológico” (SILVA, 2012, p.290). A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que define a assistência social material e estruturalmente, não obteve ampliação e fortalecimento. “A política de assistência social como um direito social continua limitada e restritiva, com acesso seletivo aos seus programas e benefícios” (Ibidem, p.290).

Em relação a ser uma política restritiva Cohn (1987) destaca que

Seu alvo é a carência, que perpassa também as outras políticas, mas aqui se trata da carência dos absolutamente excluídos. Excluídos e despossuídos, não necessariamente da inserção social clássica – o trabalho – mas excluídos do campo de ação das demais políticas sociais e sem possibilidade de satisfação de suas necessidades básicas, dado seu baixo poder aquisitivo (COHN, 1987 apud YAZBEK, 2006, p.55).

Esta condição dos sujeitos subalternizados será apresentada a seguir através dos dados quantitativos e qualitativos, a partir do resultado do projeto de intervenção, trazendo os gráficos e tabelas gerados a partir dos dados, a descrição e a análise das informações obtidas. Apresenta-se, pois, os dados referentes às condições de vida dos usuários, organizado em dois blocos. O primeiro traz a identificação e condições de moradia das famílias mostrando o número de

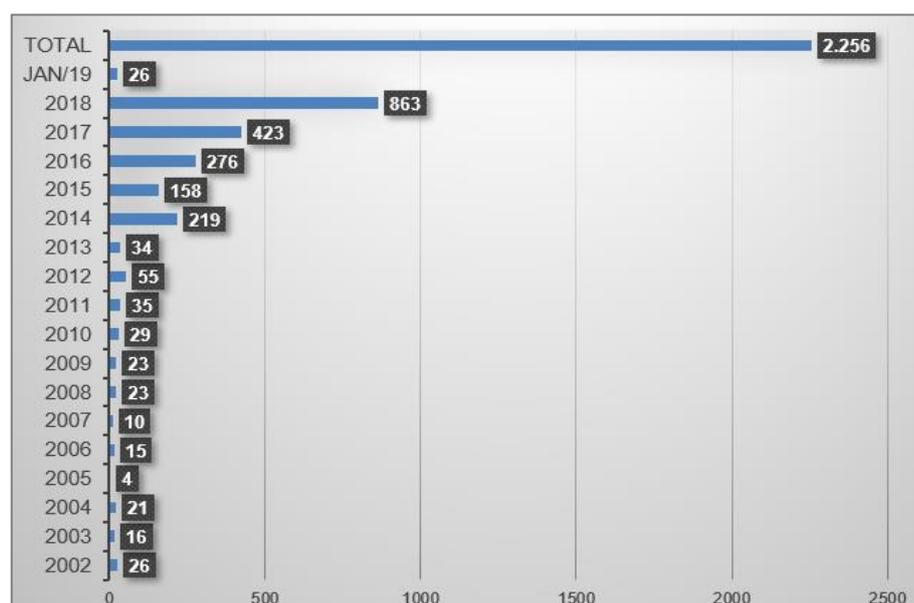
famílias, raça/cor, gênero, escolaridade, casa alugada, coleta de lixo e esgoto. O segundo bloco apresenta as condições de trabalho e renda apontando os seguintes dados: renda total familiar, trabalho principal, remuneração no mês anterior e nos 12 últimos meses que antecederam o cadastro e despesas mensais da família. A ideia é trazer dados da conjuntura socioeconômica de Santa Catarina e reportar o texto construído fazendo conexões com a configuração do trabalhador brasileiro e os usuários das políticas de assistência e segurados da política de previdência social. É importante ressaltar que os dados apresentados são da pessoa titular do cadastro e que fazem parte da área de abrangência do CRAS Sul III do município de Florianópolis/SC.

2.1.1 Identificação e condição de moradia das famílias

Iniciaremos com a apresentação dos dados sobre a identificação e a condição de moradia das famílias, para posteriormente, apresentar os dados referente às condições de trabalho e renda.

Como podemos observar no gráfico 01, de 2002 a janeiro de 2019 foram realizados o cadastro de 2.256 famílias. Tanto o gráfico 01 quanto o gráfico 02, mostram um elevado aumento de cadastros e atualizações do CadÚnico a partir de 2016, um dos fatores que podem ter incidido nesse aumento foi o crescimento do nível de desemprego nos últimos anos.

Gráfico 1 Quantidade de famílias cadastradas de 2002 a janeiro de 2019

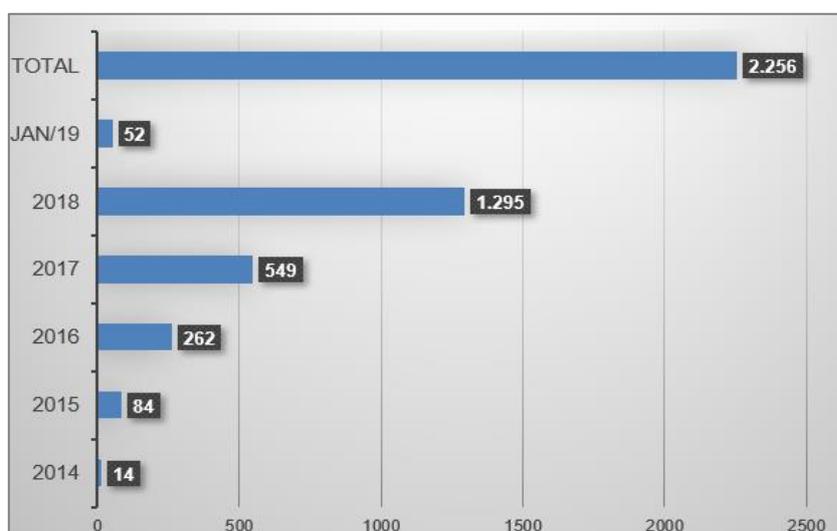


Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

No gráfico 02 percebe-se que de 2016 a 2018 o número de atualizações do CadÚnico aumenta consideravelmente, sobretudo em 2018, quando foram realizados 1.295 cadastros, ou seja 57% das atualizações. A atualização do CadÚnico deve ser feita a cada dois anos para que as famílias sigam recebendo seus benefícios ou possam acessar outros benefícios, programas e serviços.

O CadÚnico é uma ferramenta dual, pois, ao mesmo tempo que serve para levantar dados, mapeando o número de famílias cadastradas para planejar ações visando a melhoria das condições de vida das mesmas, melhorando e ampliando as políticas sociais, os serviços, programas, projetos e benefícios, ele tem servido também como um meio de controle. Pois, diante dos cortes orçamentários nas políticas sociais, efetuados a partir de 2016, o Governo Federal passou a utilizar dados do CadÚnico para retirar benefícios de inúmeras famílias com a justificativa de que a renda das mesmas ultrapassava o limite permitido.

Gráfico 2 Número de famílias que atualizaram o cadastro de 2014 a janeiro de 2019



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Alguns fatores expressam esse aumento de cadastros e atualização dos mesmos nas análises de Mattei e Heinen (2019) que apontam que

Com a emergência da crise econômica a partir de 2014 houve manifestação de seus efeitos sobre o mercado de trabalho, que voltou a exibir taxas de desemprego elevadas, particularmente nos anos de 2015 e 2016. Registre-se que esses impactos foram mais expressivos sobre os setores primário e secundário da economia, particularmente na indústria de transformação e na construção civil. [...] Os dados da PNAD Contínua revelaram uma forte expansão da taxa de desocupação a partir de 2015, a qual era de apenas 6,5% ao final de 2014, e chegou até 13,7% no primeiro semestre de 2017 (IBGE, 2018). Em termos absolutos, isso significou que aproximadamente 13 milhões de pessoas se encontravam desempregadas ao longo desse ano, acompanhando um crescimento de 80% na taxa de desocupação entre o final de 2014 e o de 2017. [...]

No último semestre de 2018 a taxa de desocupação ainda era de 11,4%, significando que aproximadamente 12 milhões de pessoas se encontravam desempregadas. [...] O estado de Santa Catarina também foi afetado pela dinâmica econômica nacional (MATTEI; HEINEN, 2019, p.1-3).

Outro fator preponderante para esse aumento se deve à obrigatoriedade do cadastro para acessar alguns programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁵, o ID Jovem⁶, e, no município de Florianópolis, a Tarifa Social⁷.

Do ponto de vista da População em Idade Ativa (PIA), nota-se que o estado de Santa Catarina se encontra numa situação melhor do que a maioria das demais unidades da federação, uma vez que no ano de 2018 aproximadamente 65% de sua PIA eram Pessoas Economicamente Ativas (PEA), ou seja, pessoas que estavam inseridas no mercado de trabalho, seja trabalhando, seja procurando emprego. Esse percentual situa-se ligeiramente acima da média do país, que em 2018 era de 62%, conforme apontam Mattei e Heinen (2019) no mesmo estudo. Esse dado não revela, contudo, que as condições de trabalho e de remuneração são suficientes para não dependerem dos benefícios ofertados pela política de assistência social. O dado abaixo corrobora nossos apontamentos da necessidade de acesso aos programas e benefícios que necessitam de CadÚnico.

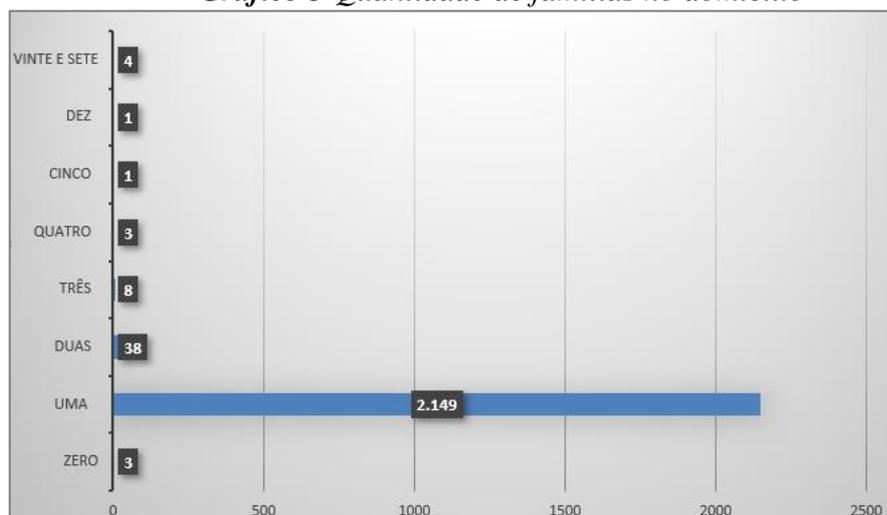
Outro dado relevante é a quantidade de famílias que habita no domicílio. Como pode ser observado no gráfico 03, em relação aos usuários do CRAS Sul III, é predominante o número de domicílios com apenas uma família.

⁵ Benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade e que não possuam meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme já apresentamos anteriormente neste trabalho.

⁶ Possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também, a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual.

⁷ Isenção total ou parcial da tarifa do transporte público municipal.

Gráfico 3 Quantidade de famílias no domicílio



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

A matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS, apontando como princípio que

A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento *per capita* e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel nos cuidados, no sustento, na guarda e educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e pessoa com deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade (BRASIL, 2005, p.17).

Esta nova perspectiva permite compreender a família como elemento aglutinador do atendimento, que reflete a desigualdade social, sendo um “núcleo de resistência e produto de uma realidade dura” (SILVA, 2014, p.105). Neste sentido, o trabalho com famílias requer articulação de “rede de vínculos dentro de um contexto sociocultural, entre os quais a comunidade é fundamental” (Ibidem, p.106).

É muito complexo centrar a família como elemento aglutinador, onde os sujeitos precisem colaborar entre si para se autoproverem diante da condição de não conseguirem se reproduzir sozinhas por conta da profunda desigualdade social, pobreza, carências e privações geradas pela superexploração do trabalho. Tendo pois, que recorrer aos mínimos sociais ofertados pelo Estado. A categoria “matricialidade sociofamiliar” reproduz dentro da política socioassistencial a culpabilização dos sujeitos pela sua condição de pobreza, colocando-os como incapazes de resolver seus próprios problemas. Portanto, se faz necessário “reconhecer a

importância da família como esfera privada das relações sociais, e, talvez por isso, matriz da proteção socioassistencial básica [no Brasil], não é pretexto para sua supervalorização, ou entificação, ou seja, sua pseudoafirmação como sujeito, vez que efetivamente isso é uma impossibilidade (PAIVA et. al., 2014 apud CARRARO, 2016, p.189).

A territorialização é outro princípio fundamental da política de assistência, que permite reconhecer a “presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (BRASIL, 2005, p.17). O CRAS Sul III, localizado no bairro Morro das Pedras no município de Florianópolis, tem sua área de abrangência representada na tabela 01, que contempla os seguintes bairros: Costa de Cima, Costa de Dentro, Açores, Pântano do Sul, Armação do Pântano do Sul, Lagoa do Peri, Morro das Pedras, Areias, Campeche, Novo Campeche, Cachoeira do Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares e Rio Tavares. A tabela 01 mostra que os bairros com maior número de famílias cadastradas são: Campeche com 776 famílias cadastradas, seguido do bairro Rio Tavares com 585 famílias cadastradas e o bairro Armação do Pântano do Sul com 343 famílias cadastradas.

Tabela 1 Bairro onde estão localizados os domicílios das famílias cadastradas

Bairro	Número de Famílias
Costa de Cima	12
Costa de Dentro	44
Açores	6
Pântano do sul	131
Armação do Pântano do Sul	343
Lagoa do Peri	2
Morro das Pedras	234
Areias	109
Campeche	776
Novo Campeche	1
Cachoeira do Rio Tavares	4
Fazenda do Rio Tavares	9
Rio Tavares	585
TOTAL	2.256

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

A territorialização ainda orienta a proteção social de assistência social, conforme a política

[...] na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidade; a possibilidade de aplicar o princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de assistência social; a possibilidade de planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2005, p.17).

Esta definição vai além do espaço territorial, geográfico, apreendendo o espaço vivido pelos sujeitos. Como colaboram para este debate, Couto et al (2010), “significa que a territorialização apresenta o território como o espaço de disputa pelo uso da cidade e como lugar de reconhecimento de cidadania” (COUTO et al, 2010 apud SILVA, 2014, p.107).

Particularmente sobre Florianópolis, uma breve digressão histórica se faz necessária para compreensão do elemento “território” nesse lugar. A formação da cidade passa pela sua constituição enquanto ponto de parada e abastecimento para navios que seguiam para o Sul (Rio da Prata ou Índias Orientais) através do Estreito de Magalhães, o que “determinou o povoamento planejado e a transformação da Ilha em base militar” (PEDRO, 1998, p.18). Devido as lutas contra a Espanha por causa da Colônia do Sacramento, em 1737 estabeleceu-se o primeiro contingente militar na ilha, onde as famílias de militares de alta patente estabeleceram-se em Desterro (atual cidade de Florianópolis). Como aponta Pedro (1998)

Os primeiros Governadores da Capitania eram militares. Em 1739, o Brigadeiro José Silva Paes, então governador, iniciou a construção de várias fortificações na Ilha. Ficava configurado, assim, o caráter militar da ocupação de Desterro, e a sua hierarquia dava, nesta época, o tom da distinção entre os habitantes (PEDRO, 1998, p.18).

Segundo Piazza e Melo (1987), entre 1748 e 1756 vieram 6.067 pessoas, colonos das ilhas de Açores e da Madeira, também vinculado aos objetivos militares, pois, esperava-se que estes recém chegados (chamados de açorianos) produzissem farinha de mandioca, peixe seco e fornecessem soldados para as tropas que lutavam no extremo sul (PIAZZA; MELO, 1987 apud PEDRO, 1998, p.18). A autora Joana Pedro (1998) analisando as obras de Cabral (1979) e Oliveira (1990) conta que

A distribuição de pequenos lotes de terra para estes colonos recém-chegados marcou o povoamento da região, caracterizada pelo número reduzido de escravos. Uma outra característica foi a vinculação de forma subsidiária, à economia de exportação que se realizava em outros centros. A produção, que era diversificada e destinada à subsistência, tornou-se, pouco a pouco, especializada em farinha de mandioca. Passou a abastecer os centros exportadores, principalmente na época em que os produtos exportados por estes centros ganhavam preço no mercado internacional, e em que os escravos eram concentrados na produção de tais artigos (PEDRO, 1998, p.18-9).

Para a referida autora, a posse de escravos representava mais a posição social do que vínculos com o processo de produção. Viajantes relatavam que escravos e brancos pobres trabalhavam juntos nas lavouras.

Hoje ainda se mantém a cultura da pesca, encontrando-se pescadores profissionais em toda a orla que o CRAS SUL III abrange. O turismo também é outra atividade econômica com forte expressão, sendo assim muitos trabalhadores encontram dificuldade em lograr uma fonte de renda fora da temporada de verão (de abril a novembro, principalmente), neste período

muitos artesãos também ficam prejudicados, sendo que se encontram em grande número na ilha. O setor de prestação de serviços se mantém durante o ano todo.

Pode-se observar que a precariedade das condições de moradia está espalhada em todos os bairros do território que o CRAS abrange. Percebe-se que há mais igrejas que postos de saúde e escolas, isso pode mostrar que o foco de interesse social não passa pela luta por ampliação de espaços e instituições de serviços públicos. Cada bairro é contemplado com uma Unidade de Saúde que oferece atenção básica, enfrentando a falta/redução de recursos humanos e materiais para o atendimento da população e as escolas enfrentam precária estrutura física, material e profissional, sem condições de oferecer ensino de qualidade, além do número de vagas insuficiente nas creches, conforme evidenciou o contato e o trabalho em rede exercido pela equipe do CRAS Sul III durante a realização do estágio.

Nota-se ainda a falta de pontos de cultura e outros espaços que fomentem a arte e cultura, essenciais na vida de todo ser humano, oferecendo aulas, cursos, oficinas, enfim, para a comunidade, sobretudo desprovida de meios e condições de acesso. No bairro Campeche está localizado o Pacuca – Parque Cultural do Campeche – que ocupa um espaço público urbano de 8 mil m², utilizado pela comunidade para jogos esportivos e que, através do trabalho colaborativo, construiu uma horta orgânica comunitária com hortaliças, frutas, plantas medicinais, árvores e compostagem onde recebem os resíduos orgânicos entregues pelos moradores e pequenos comerciantes da região. Promove ainda, encontros comunitários colaborativos com rodas de conversa abordando os mais diversos temas, oficinas, apresentações musicais, feiras, espaços interativos para as crianças, eventos, dentre outros. Esta ocupação é um espaço de luta, sendo alvo de constantes tentativas de apropriação da área por parte de iniciativas privadas.

Em relação à violência no território, não tivemos acesso a dados sobre este aspecto tão importante no que se refere à territorialidade. Uma das explicações pode estar relacionada à falta de recursos humanos e às precárias condições de trabalho no setor de Vigilância Socioassistencial da política de assistência social do município.

A vigilância socioassistencial, segundo consta na NOB/SUAS (2005), “consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável” (BRASIL, 2005, p.19).

A função de vigilância social no âmbito da assistência social:

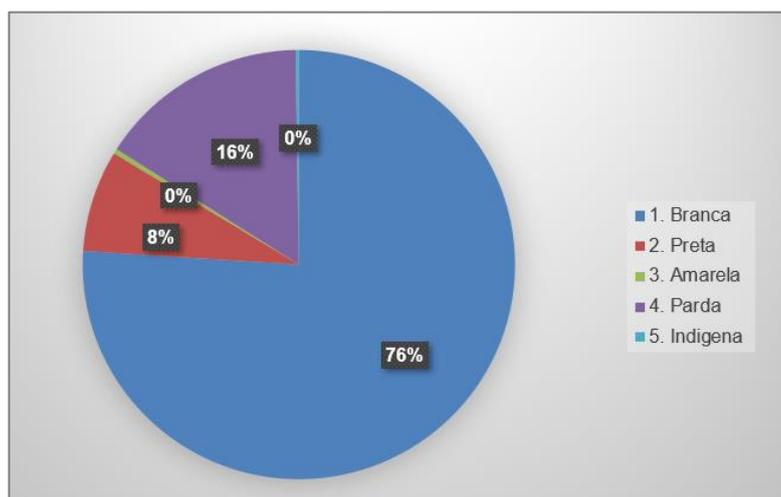
- produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida;

- identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças;
- identifica a incidência de vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- exerce vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários (BRASIL, 2005, p.19-20).

Para tanto, a vigilância socioassistencial deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem, a fim de “reconhecer e informar as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, a sua autonomia, socialização e ao convívio familiar” (BRASIL, 2005, p.20).

Quando analisamos os dados de identificação dessas famílias, um componente de extrema relevância para a análise diz respeito a identificação das famílias no quesito raça/cor. Como pode-se observar no gráfico 04, 76% dos titulares do cadastro se autodeclararam da cor branca, 16% parda e apenas 8% preta. Apenas uma família se declarou como indígena da etnia Yecuana, não residente em terra ou reserva indígena.

Gráfico 4 Identificação das famílias - quesito raça/cor



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, em 2018, a porcentagem da população brasileira por raça/cor apresenta-se da seguinte forma: 36,83% se autodeclara branca, 53,48% parda, 9,28% preta e 0,40% outros. Já na região

sul do país 74,12% se autodeclararam brancas, 20,66% pardas, 4,81% pretas e 0,40% outras (BRASIL, 2018).

No estado de Santa Catarina a população negra correspondia a 7,52% em 2001, aumentando para 13,97% em 2009. Os últimos dados de distribuição populacional por raça/cor são de 2012, quando a população negra representava 14,67% da população - 4,95% preta e 9,72% parda (IBGE, 2012). No município de Florianópolis, além da colonização açoriana, percebe-se também que 73% dos usuários vieram de outros municípios, sendo alguns fatores explicativos do embranquecimento da parte sul da ilha.

Em 2010 apenas os dados demográficos e socioeconômicos contavam com variável raça/cor, isso mostra que

o racismo brasileiro foi sistematicamente negado pela alegação de que o preconceito no país era algo ligado a classe, pois o não racialismo brasileiro tem como suporte a ideia de que negar a existência das raças significa negar o racismo, de modo que a discriminação de cor não seja interpretada como discriminação racial, já que as raças não existem, contrapondo a esta lógica os estudos que isolaram estatisticamente os fatores ligados à classe (escolaridade, formação profissional, etc.) e mostraram que há desigualdades sociais que permanecem e, portanto só podem ser explicadas quando se introduz o par branco e não branco. Neste caso, não se trata de recolocar a raça em parâmetros biológicos, mas sim da referência à mesma como construções sociais que funcionam como mecanismo de privilégios, demarcação e hierarquização de grupos (SCHUCMAN, 2010, p.47).

Segundo a autora Schucman (2010)

os estudos brasileiros sobre relações raciais mostram que, mesmo com a diversidade de classificação racial brasileira, as desigualdades sociais entre os cinco grupos de cor oficiais do IBGE (pretos, brancos, pardos, amarelos e indígenas) podem ser agrupados em dois únicos grupos: brancos e “não brancos”. Isto significa que, apesar das diferentes formas cromáticas com as quais os brasileiros se auto identificam, os acessos às oportunidades sociais obedecem a uma lógica hierárquica bipolar (SCHUCMAN, 2010, p.46).

Em relação às análises da composição da população segundo o quesito raça/cor, percebe-se que os negros, no século XIX eram maioria no Brasil, segundo as estimativas do Censo de 1890, com um percentual de cerca de 56%, decaem para 35,8% em 1940, para alcançar 42,8%, segundo a PNAD de 1987 (ROSENBERG; PINTO, 1997, p.13).

Esse embranquecimento, que se configura principalmente na diminuição do contingente de pardos entre 1890 e 1940 (41,4% para 21,2%), é explicado em função da entrada maciça de imigrantes de origem europeia, processo que atingiu o seu ponto máximo na virada do século. “Com o declínio das migrações e a consequente diminuição do seu impacto na dinâmica demográfica da população brasileira, a qual passa a ser regida por eventos internos, como mortalidade, fecundidade, padrão de intercasa mento, essa estrutura se alterou. Ocorreu uma consistente redução da população preta, um aumento correspondente da população parda e uma lenta evolução e, eventualmente, uma estabilidade a médio prazo, da população branca (SILVA, 1992a) (ROSENBERG; PINTO, 1997, p.13-4).

Essa mudança da população branca e preta para parda pode ser explicada “tanto em função da adoção de critérios distintos de coleta da informação sobre a cor dos indivíduos nos vários Censos, como também devido ao processo de miscigenação provocado pelas uniões entre os grupos preto e branco” (BERQUÓ ET AL, 1986 apud ROSENBERG; PINTO, 1997, p.14), ambos, parte da política de “embranquecimento” da população promovidas pelo Estado brasileiro que teve seu auge entre o final do século XIX até meados do século XX.

Os estudos das autoras Maia e Zamora (2018) apontam que

entre a abolição da escravidão (1888) e a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por Vargas em 1943, ocorre um processo complexo, em que ideias importadas da Europa, de cunho cientificista, iniciam uma vasta produção de subjetividade racista que podemos reconhecer na atualidade. A escravidão já era um exemplo desta lógica; porém, foi no fim do século XIX que se produziram os primeiros trabalhos escritos sobre a teoria das raças e suas diferenciações. A lógica racial está no cerne da busca pela identidade nacional, na fundação do Estado Republicano. Ela “garante” a superioridade da raça branca sobre a negra e a indígena, além de condenar à infertilidade e à inferioridade intelectual os mestiços. Ela instaura princípios norteadores para políticas públicas, normas de comportamento religioso, familiar, de trabalho e educação no Brasil. São preceitos que indicam a necessidade do Brasil buscar soluções para a sua mestiçagem ou correr o risco de se extinguir (MAIA; ZAMORA, 2018, p.267-8).

No intento de instituir-se uma hierarquia racial, iniciou-se um processo de busca do branqueamento da humanidade, acreditou-se que através da miscigenação a “raça branca” predominaria. Com o desenvolvimento do capitalismo, do soberano e o surgimento da sociedade disciplinar, a guerra das raças passa a ser a guerra da raça. “O inimigo externo passa a ser interno, o controle dos corpos passa a ser do Estado e a racialização científica estabelece a soberania da raça branca em relação às não brancas” (MAIA; ZAMORA, 2018, p.270).

Com o surgimento da Biologia no século XIX, orientada por uma perspectiva evolucionista, coloca a hereditariedade como fundamento para a ordem social, trazendo o pressuposto da superioridade/inferioridade como base do pensamento científico. As teorias raciais analisam

grupos ou tipos humanos, no que se refere a características físicas e comportamentais, que se diferenciam numa escala evolutiva do inferior para o superior. A classificação de populações não brancas hierarquizou as relações sociais, legitimou processos de dominação econômica e política, definiu territórios de miséria e exploração. O Evolucionismo Social de Herbert Spencer, a Eugenia defendida por Francis Galton, a Teoria das Degenerescências proclamada por August Morel, a Craniologia de Cesare Lombroso, entre outras, foram teorias responsáveis pela produção de conhecimento do racismo científico e produtores de práticas, políticas e discursos raciais e discriminatórios. Na maioria dos escritos e em discursos de governantes ocidentais modernos pode ser encontrado o projeto de tornar suas nações livres das raças mestiças e não brancas (GOULD, 1991 apud MAIA; ZAMORA, 2018, p.272).

Foi aceito também o conceito biológico de degenerescência, que influenciou a constituição de um Estado racista e controlador, conceito este, que estava atrelado “a ideia da existência do criminoso nato e da causa do crime poder ser identificada no próprio criminoso. Suas ideias definiram também o monstruoso, relatando “variedades” doentias (físicas, morais e intelectuais) na busca por prevenção e progresso (MAIA; ZAMORA, 2018, p.273). Buscou-se através da miscigenação branquear a população e aprimorar seus descendentes, onde

o negro se extingiria pela seleção social, que diz respeito à raça branca ser mais forte e mais bela, e por isso dominadora socialmente; a razão patológica, que se caracteriza pelas condições precárias de vida, que trariam maior contato com doenças; e finalmente a econômica, que, pela precariedade em que os negros viviam, levaria à menor expectativa de vida. “Reconhece que, para este efeito destruidor do *H. afer* [negros] em nosso meio, colaboram três causas: uma seleção social, uma seleção patológica e uma seleção econômica: ou, mais expressivamente: o açoite, o álcool e a má alimentação.” (VIANA, 1923/1956 apud MAIA; ZAMORA, 2018, p.278).

Do século XX para o XXI o Estado buscou controlar a população negra através de políticas públicas que saneassem a sociedade dos riscos de ameaça ao desenvolvimento do sistema capitalista, através da imigração e da seleção sexual visando eliminar a “raça negra”. Como afirma Schucman (2010)

as tecnologias de poder que têm como principal objetivo a manutenção da vida também são aquelas que exercem o direito de matar – segregacionar –, excluir os indivíduos dentro da própria sociedade. Ou seja, como afirma Foucault, o racismo aliado ao biopoder possibilitou que as nações modernas pudessem eliminar sua própria população, expondo à morte não apenas os inimigos, mas também os aliados. Desta maneira, o mesmo poder que consiste em fazer viver alguns é o que deixa morrerem muitos outros. É justamente isso que o racismo possibilita, pois embora ele já existisse há muito tempo em outras esferas, o que permitiu sua inscrição nos mecanismos de Estado foi justamente a emergência do biopoder (SCHUCMAN, 2010, P.44).

Sabe-se que “a política de branqueamento não é a única iniciativa de Estado responsável pelos efeitos do racismo na população; porém, sua permanência ainda é produtora de sofrimento psíquico e social” (MAIA; ZAMORA, 2018, p.280).

O conjunto das instituições republicanas, como o judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, entre outras, são uma rede tecida nas bases do racismo científico (MAIA; ZAMORA, 2018, p.280). Percebe-se que a institucionalização do racismo, onde diversas áreas da ciência tentaram de demarcar diferenças (físicas, intelectuais, comportamentais, morais) para provar a superioridade da “raça branca” gerou a exclusão (econômica, social, espacial, material, enfim), subalternização, inferiorização, dominação, segregação do povo preto e o preconceito na sociedade em geral. Hoje temos grandes estudos e profundos debates, com o negro começando a tomar seu lugar de fala, onde a resistência negra

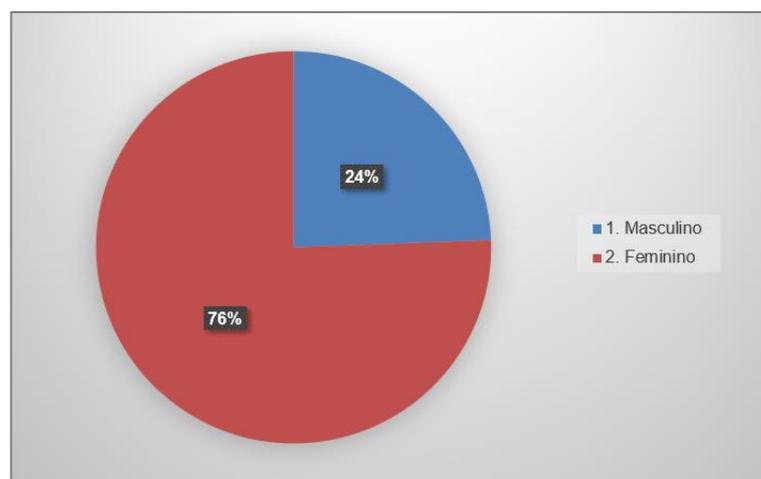
vem desconstruindo estas ideologias de hierarquização, buscando superar o racismo impregnado na sociedade.

Contudo, há que se considerar que há um longo caminho a ser trilhado para romper com o racismo, pois, mesmo a ciência provando que biologicamente não existe diferentes raças humanas, o racismo vive na subjetividade dos sujeitos, se apresenta refletido nas desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas. Pois, “se transformaram as formas de legitimação social e discurso sobre as diferenças humanas, bem como os mecanismos que mantêm as posições de poder entre brancos e não brancos” (SCHUCMAN, 2010, p.45). Ainda se legitima as “diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais [...] é um racismo presente nas práticas sociais e nos discursos” (Ibidem, p.44).

É importante ressaltar também, que essa composição étnico-racial varia no contexto do território nacional. No final dos anos 1990, por exemplo, na região norte 72,7% da população era negra, enquanto no Sul esse percentual era de 16,7% (ROSENBERG; PINTO, 1997, p.14). Essa estrutura gera ainda, diferenças sociais entre os grupos étnico-raciais, pois as regiões brasileiras não têm o mesmo nível de desenvolvimento e não oferecem a mesma infraestrutura nas áreas de saneamento, educação, saúde, trabalho e renda.

Agora vamos analisar o quesito gênero. No gráfico 05 pode-se observar que 76% dos titulares do cadastro se autodeclararam do sexo feminino e apenas 24% do sexo masculino.

Gráfico 5 Identificação das famílias – quesito gênero



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo o Censo Demográfico de 2010, 50,4% da população de Santa Catarina se autodeclarou do sexo feminino e 49,6% do sexo masculino. No município de Florianópolis dos 421.240 habitantes, 248.192 (55%) se autodeclararam do feminino e 203.047 (45%) do sexo masculino (IBGE, 2010).

Buscamos alguns elementos para compreender esse maior número de mulheres que procuraram pelo Cadastro Único. A inserção da mulher no mercado de trabalho é um fator importante. A partir de 2018 Santa Catarina voltou a apresentar uma das menores taxas de desemprego do país. Contudo, seguem alguns entraves, sobretudo em relação à discriminação salarial entre homens e mulheres. Aconteceu o aumento da presença feminina no mercado formal de trabalho catarinense até 2014, quando as mulheres passaram a representar 45% de todos os postos formais de trabalho (PFT) do estado. De 2014 a 2017 “a distribuição do emprego formal entre homens e mulheres se estabilizou, de modo que a crise econômica afetou ambos os sexos” (MATTEI; HEINEN, 2019, p.14).

A crise econômica levou a uma expansão da participação das mulheres no mercado formal de trabalho, que se estendia há mais de uma década, resultando em uma maior equidade de gênero em relação ao número de postos de trabalho “com efeito, em 2017 as mulheres representaram 45% do total dos PFT de Santa Catarina” (MATTEI; HEINEN, 2019, p.14). Porém, seguem recebendo menores salários,

Essa situação torna-se mais visível quando são cruzadas as informações das distintas faixas salariais desse período por sexo, revelando que, em 2017, os PFT masculinos nas faixas de até 3 salários mínimos passaram para 45%, enquanto o percentual dos PFT femininos atingiu 63%, mantendo, portanto, a disparidade de renda entre os sexos, além de precarizar ainda mais a remuneração em ambos os casos (MATTEI; HEINEN, 2019, p.16).

Como destaca Almeida (2016)

Por trás das belas propagandas e dos produtos de qualidade, escondem-se rostos femininos que são abruptamente explorados pelo sistema capitalista. A ilusão de um espaço conquistado vai perdendo o encanto na medida em que as mulheres ainda são discriminadas e tem relações de trabalho diferenciadas, seja pelo salário, seja pela forma que são tratadas dentro das organizações (ALMEIDA, 2016, p.324).

Segundo a PNAD Contínua, em 2019 o valor do rendimento médio mensal por sexo é de R\$ 2.555,00 para os homens e de R\$ 1.985,00 para as mulheres. E por cor o rendimento é de R\$ 2.999,00 para os de cor branca, R\$ 1.719,00 para parda e R\$ 1.673,00 para preta (IBGE, 2019). Ou seja, as mulheres pretas/pardas são as mais desvalorizadas, recebendo menores salários e piores ocupações no mercado de trabalho. Esses indicadores são resquícios da formação sócio-histórica e econômica brasileira.

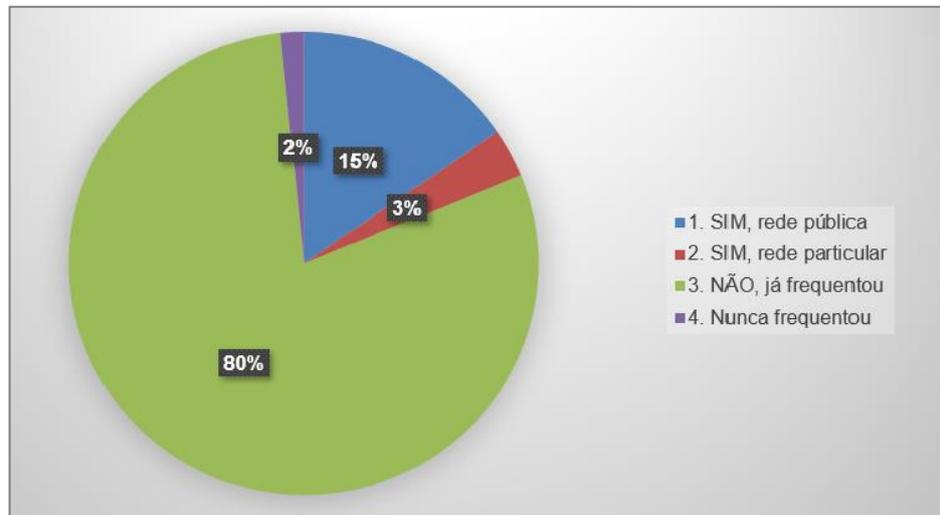
Outro fator que envolve a questão de gênero é o fato da falta de vagas em creches públicas, pois, “a conciliação entre trabalho e filhos tem se apresentado como verdadeiro problema para as famílias de baixa renda, especialmente aquelas chefiadas por mulheres e sem cônjuges” (BIONDO, 2014, p.249). Em Florianópolis, o número total de vagas integrais por grupo etário está distribuído da seguinte forma por unidade Unidade de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino: até 10 vagas integrais para o Grupo 1 (mínimo 4 meses); 10 vagas integrais para o Grupo 2 (de 1 ano a 1 ano e 11 meses); 10 vagas integrais para o grupo 3 (de 2 anos a 2 anos e 11 meses) e 15 vagas integrais para o Grupo 4 (de 3 anos a 3 anos e 11 meses) (FLORIANÓPOLIS, 2019). Além de não darem conta de contemplar todas as crianças gerando listas de espera, para crianças entre 4 e 5 anos de idade não há vagas integrais.

Almeida (2016) afirma que “quanto maior o índice de filhos na creche maior será a taxa de ocupação, mulheres com todos os filhos na creche apresentam 80% de ocupações” (ALMEIDA, 2016, p.327). O que demonstra o quanto tantas mulheres do município de Florianópolis, especialmente as mulheres mãe-solo, são duramente afetadas pela quantidade insuficiente de vagas nas creches, e a inexistência de vagas em período integral para crianças de 4 a 5 anos.

Vale ressaltar que a questão de gênero é muito mais ampla, não podendo ser limitada ao sexo, contemplando uma discussão muito mais profunda dentro do sistema patriarcal no qual estamos inseridos. Envolve ainda uma classe que é multiplamente excluída, oprimida, violada, violentada, os LGBTQI+ (gays, lésbicas, bissexuais, transgênero, transexuais, travestis, intesexo, dentre outros). Precisa-se atentar mais para estes sujeitos, pois, além de lidarem com o preconceito de forma geral pela sociedade, enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e em políticas públicas.

Em relação à escolaridade, no gráfico 06 é evidenciado que 80% dos titulares do cadastro não frequentava escola no momento do referido registro, mas já haviam frequentado. Demonstra ainda que 18% frequenta escola atualmente e 2% nunca frequentou, o que indica que a taxa de analfabetismo é de 2%.

Gráfico 6 Escolaridade – aqueles que frequentam, já frequentaram ou nunca frequentaram escola



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo dados da PNAD Contínua, em 2019 a taxa de analfabetismo na população geral com idade igual ou superior a 15 anos foi de 6,6% e pessoas acima de 60 anos é de 18%. A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, foi de 6,3%, enquanto a dos homens foi de 6,9%. Para a população branca, essa taxa era de 3,6%, enquanto para as populações preta e parda era de 8,9%. “No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%” (IBGE, 2019).

A tabela 02 mostra com mais expressividade que, dos 408 usuários que frequentam a escola, 260 (64%) cursam o Ensino Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado ou Doutorado, 64 (16%) estão no Ensino Fundamental Regular com duração de oito anos, 34 (8%) no Ensino Fundamental Especial e, 20 (5%) no Ensino Médio do EJA (Educação para Jovens e Adultos).

Tabela 2 Curso que frequenta

Curso que frequenta	Número de usuários
1. Creche	3
2. Pré-escola	0
3. Classe de alfabetização	0
4. Ensino Fundamental Regular (duração 8 anos)	6
5. Ensino Fundamental Regular (duração 9 anos)	64
6. Ensino Fundamental Especial	34
7. Ensino Médio Regular	0
8. Ensino Médio Especial	3
9. Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (supletivo de 1ª a 4ª)	2
10. Ensino Fundamental EJA - séries finais (supletivo de 5ª a 8ª)	8
11. Ensino Médio EJA (supletivo)	20
12. Alfabetização para adultos	0
13. Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado	260
14. Pré-vestibular	6
TOTAL	406

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

No que se refere à escolaridade daqueles que já frequentaram a escola, a tabela 03 aponta que dos 1.730 titulares do cadastro, 791 (46% dos usuários) possuíam, à época do cadastro, Ensino Médio Completo, 347 (20%) cursavam o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, 295 (17%) concluíram o Ensino Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado ou Doutorado e 224 (13%) tinham Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

Tabela 3 Escolaridade dos que já frequentaram a escola

Curso que frequentou	Número de usuários
1. Creche	0
2. Pré-escola	0
3. Classe de Alfabetização	0
4. Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (primário), Primeira fase do 1º Grau	224
5. Ensino Fundamental 5ª a 8ª série, Médio 1º ciclo (ginasial), Segunda Fase do 1º Grau	347
6. Ensino Fundamental (duração 9 meses)	32
7. Ensino Fundamental Especial	5
8. Ensino Médio, Segundo Grau, Médio 2º ciclo (científico, clássico, técnico, normal)	791
9. Ensino Médio Especial	3
10. Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (supletivo 1ª a 4ª)	4
11. Ensino Fundamental EJA - séries finais (supletivo 5ª a 8ª)	14
12. Ensino Médio EJA (supletivo)	14
13. Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado	295
14. Alfabetização para Adultos	1
15. Nenhum	0
TOTAL	1.730

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Cabe registrar os dados mais amplos sobre o tema. Os dados do IBGE mostram que 60,18% da população branca possuía ensino fundamental completo ou superior, contra 49,68% dos pretos e 45,34% dos pardos. Dentre a população preta, 23,68% não tinha nenhuma escolaridade ou 1º fundamental incompleto, dentre a parda, esse grupo representava 25,37%. Em 2010, 13,59% da população preta e 15,32% da população parda viviam com renda inferior a meio salário mínimo. A renda média domiciliar per capita era estimada em R\$ 1.770,29 para a população geral, R\$ 1.911,99 para a população branca, R\$ 883,41 para a população preta e R\$ 954,11 para a população parda (IBGE, 2010). Os dados da PNAD Contínua mostram que entre as pessoas com 25 anos ou mais, 57,0% das de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 41,8% (IBGE, 2019).

Bertollo (2014) em suas análises relaciona a baixa escolaridade ao baixo rendimento

Segundo dados do *Anuário dos Trabalhadores* (2009), no ano de 2001, no Brasil, cerca de 19,6% das pessoas sem instrução e com menos de um 1 de estudo possuíam rendimento de até 0,5 salário-mínimo. E apenas 0,1% de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo possuíam como nível de rendimento mais de 20 salários-mínimos. Percebe-se a intrínseca relação entre escolaridade e rendimento, isto é, a partir desses dados verifica-se que as pessoas com menor escolaridade estão propícias a ter rendimento menor, e é quase nulo o percentual de pessoas que, com pouca escolaridade, consegue ter rendimento de mais de 20 salários-mínimos (BERTOLLO, 2014, p.210).

Nesta direção a PNAD Contínua de 2018, o rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/hora) se apresenta da seguinte forma: população branca sem instrução ou ensino fundamental incompleto recebe R\$8,7/hora e preta ou parda recebe R\$6,7/hora, população branca com ensino fundamental completo ou médio incompleto recebe R\$9,3/hora e preta ou parda recebe R\$7,7/hora, população branca com ensino médio completo ou superior incompleto recebe R\$12,2/hora e preta ou parda recebe R\$9,6, população branca com ensino superior completo ou mais recebe R\$32,8/hora e preta ou parda recebe R\$22,7/hora (IBGE, 2018).

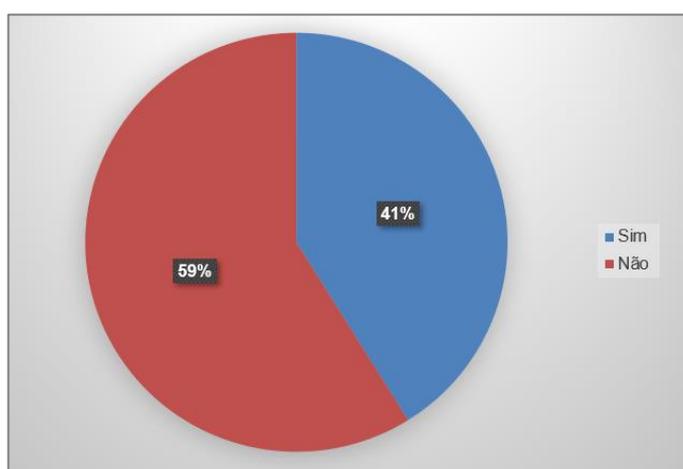
A garantia de acesso à moradia, sobretudo à parcela da população considerada de baixa renda, é imprescindível para atender as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis. Para tanto, se faz necessário políticas habitacionais eficazes e contínuas que permitam a inclusão destes indivíduos na cidade e a sua inserção na sociedade. O tema habitação

[...] investigado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD tem por objetivo produzir informações sobre as condições de moradia da população, em termos de saneamento básico e outras características habitacionais, e, também, sobre a posse de um conjunto de bens duráveis importantes para a saúde, o acesso à informação e o nível da qualidade de vida das pessoas. Os indicadores produzidos

anualmente sobre este tema permitem acompanhar a evolução das condições habitacionais da população (IBGE, 2014).

O gráfico 07 mostra que 41% dos domicílios dos usuários cadastrados são alugados. Contudo, não se tem a informação dos “domicílios cedidos”, estando incluídos nos que não pagam aluguel, sendo que é uma categoria expressiva em relação ao tema habitação. Deve-se ter em conta que, o fato de 59% não serem casas alugadas, não quer dizer que sejam próprias.

Gráfico 7 Domicílios alugados

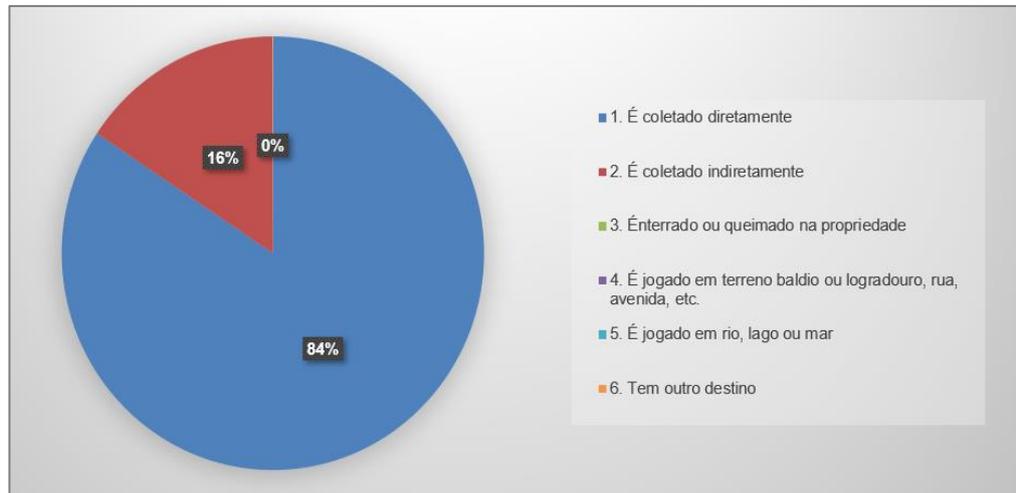


Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo dados do IBGE, a distribuição dos domicílios particulares permanentes no Brasil por condição de ocupação se dá da seguinte forma: 74,8% dos domicílios são próprios, 17,9% são alugados e 7,1% são cedidos (IBGE, 2015). Isso mostra que o número de domicílios alugados da região do CRAS Sul III é superior à média nacional.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2004 a 2014, no total de domicílios particulares permanentes, houve um crescimento gradual no percentual dos domicílios alugados de 15,4%, em 2004, para 18,5%, em 2014, enquanto o dos domicílios próprios apresentou, em 2014, o mesmo percentual de 2004, 73,7% (IBGE, 2014).

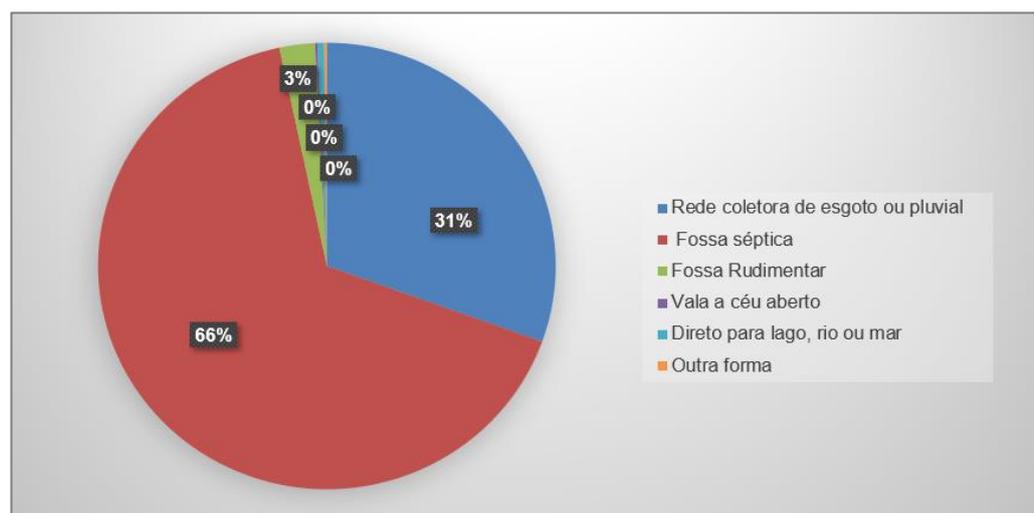
Considerando a realidade em análise, as condições de domicílio, especificamente sobre a coleta de lixo, no gráfico 08 pode ser observado que 84% do lixo é coletado diretamente pela Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap) e 16% é coletado indiretamente.

Gráfico 8 O lixo do domicílio

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo o IBGE, o atendimento pelo serviço de coleta lixo domiciliar continuou mantendo tendência de crescimento, partindo de 84,6% dos domicílios, em 2004 e alcançando 89,8%, em 2014 (IBGE, 2014). No entanto, novamente os números dos usuários cadastrados no CRAS Sul III são inferiores em relação à média nacional.

Em relação à forma de escoamento do banheiro, o gráfico 09 aponta que 90% dos domicílios possuem sistema de esgoto adequado.

Gráfico 9 Forma de escoamento do banheiro ou sanitário

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo dados do IBGE, em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica) em 2014 a taxa é 76,8% (IBGE, 2014). Aqui, os números dos usuários cadastrados se mostram melhores do que a média nacional.

Numericamente é mais expressivo os domicílios com 3 (25%), 4 (32%) e 5 (22%) cômodos; 1 (36%), 2 (45%) e 3 (13%) cômodos que servem de dormitório no domicílio; 58% possui pavimentação/calçamento total no trecho do logradouro em frente ao domicílio, 12% parcial e 26% não possui. Em relação à estrutura das casas, 75% das possuem paredes de alvenaria/tijolo com revestimento e 18% de madeira aparelhada, 80% possuem piso de cerâmica, lajota ou pedra e 12% de madeira aparelhada. E ainda, 96% possuem água encanada em pelo menos um cômodo onde 81% do abastecimento é da rede geral, 95% tem luz elétrica.

O que os dados até aqui apresentados apontam é que, majoritariamente, são mulheres brancas as titulares dos cadastros, residentes nos bairros Campeche e Rio Tavares. Em relação à escolaridade, a maior parte destas mulheres possui Ensino Médio Completo, o que indica que o nível de escolaridade deve ser cada vez mais alto para alcançar uma renda maior. Entretanto, não há condições, para a maioria delas, de seguir estudando, além de muitas serem chefe de família, esbarram na falta de estrutura e serviços públicos como creche para os filhos, ou de alguém que se responsabilize pelo cuidado dos mesmos para que elas possam estudar, ou até mesmo trabalhar.

Uma grande porcentagem dos usuários paga aluguel, totalizando 41%, e, como já descrito neste trabalho, 59% não paga aluguel, o que não quer dizer que os domicílios sejam próprios, pois a categoria “domicílio cedido” não aparece explicitamente. Estes domicílios abrigam, em geral, uma família, possuindo de 3 a 5 cômodos comportando de 1 a 3 dormitórios. O que indica que a maior parte destes sujeitos vivem com ausência de superlotação residencial. Em relação à questão da coleta de lixo e escoamento do banheiro, que fazem parte do saneamento básico, incidindo sobre as condições de saúde, higiene e bem estar dos cidadãos, pode-se considerar que esta região tem boas condições neste quesito.

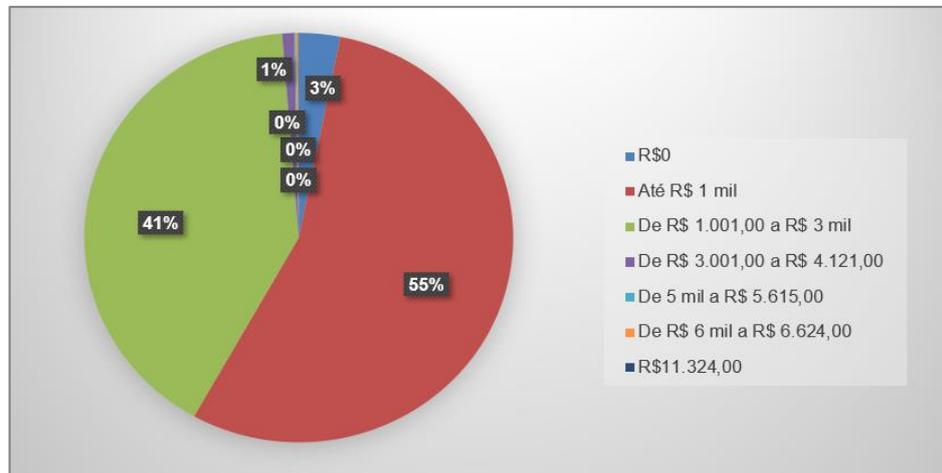
2.1.2 Condições de trabalho e renda

Neste subitem serão apresentados e analisados os dados referentes à renda total familiar, condições de trabalho e renda e os principais gastos mensais dos usuários.

Em relação à renda, é possível observar no gráfico 10, que 96% das famílias tem uma renda total de até três salários mínimos, considerando que o salário mínimo atual é referente ao valor de R\$ 1.045,00. Percebe-se que, 55% das famílias recebem até um salário mínimo, 41%

recebe de R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00 e apenas 3% tem rendimentos de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.121,00.

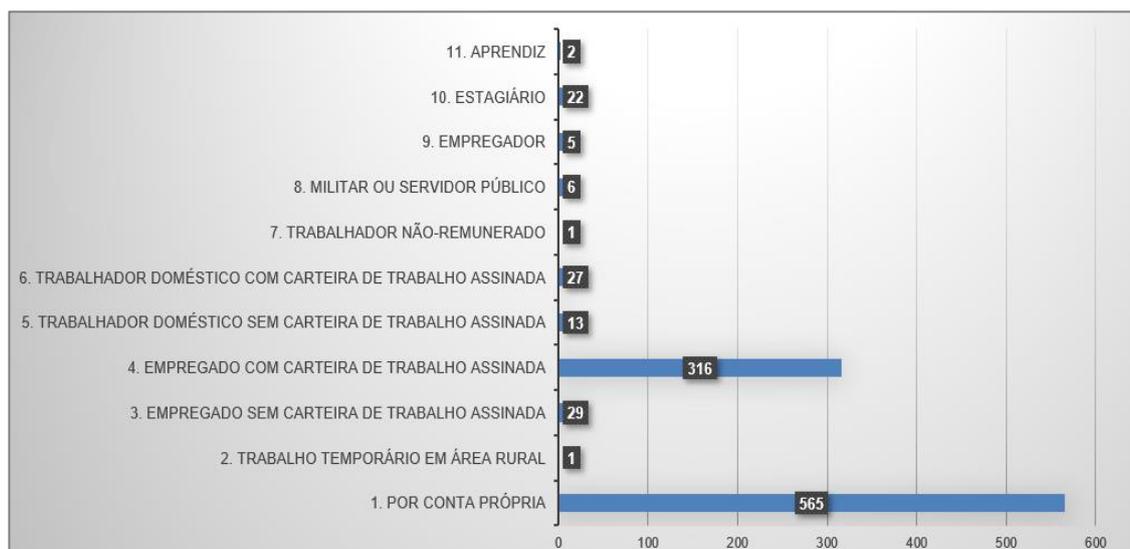
Gráfico 10 Renda total por família



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Um dos critérios para realização do CadÚnico, é que a renda familiar seja de até três salários mínimos. Para acessar qualquer programa ou benefício é necessário antes, realizar este cadastro, que segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) “é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país, a fim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal” (FLORIANÓPOLIS, S/D). A partir desse cadastro é gerado o Número de Identificação Social (NIS) e, a partir daí, verifica-se que benefícios e programas o usuário pode acessar mediante os critérios exigidos por cada um.

O trabalho principal está representado no gráfico 11, no qual se percebe, entre os usuários do CRAS Sul III, o trabalho por conta própria representa 57% (565 trabalhadores), seguido da categoria empregado com Carteira de Trabalho assinada com 32% (316 trabalhadores). As categorias “empregado sem Carteira de Trabalho assinada” e “trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada” representam 3% cada. O trabalho informal totaliza 68% dos trabalhadores cadastrados no CadÚnico.

Gráfico 11 Trabalho principal

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Em 2018 a categoria “trabalho por conta própria” representava 25% do total de ocupações do país, e 22% das ocupações catarinenses (MATTEI; HEINEN, 2019, p.8). Não obstante, é preciso registrar que essa é uma categoria que, em momentos de crise econômica e de expansão do desemprego, acaba funcionando como uma válvula de escape do mercado de trabalho, uma vez que atenua parte dos efeitos negativos da crise sobre ele, sem conseguir evitar, contudo, seu processo de precarização.

A categoria dos empregados, “no caso do Brasil, respondia por 67,5% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2018, enquanto em Santa Catarina esse percentual era de 70,2%” (MATTEI; HEINEN, 2019, p.8). Neste mesmo ano, em Santa Catarina, “foram incorporados 88 mil postos de trabalho, comparativamente a 2014. Com isso, os empregados constituem a mais importante categoria ocupacional catarinense” (Ibidem, p.9).

As principais atividades econômicas no estado de Santa Catarina são a extração mineral, indústria de transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, construção civil, comércio, serviços, Administração Pública, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (trabalho informal). Na região da Grande Florianópolis “concentra-se no turismo (cidades litorâneas), na pesca, prestação de serviços e indústria tecnológica, mais recentemente” (BIONDO, 2014, p.245)

Segundo Mattei e Heinen (2019), entre 2014 e 2017 a concentração dos Postos Formais de Trabalho (PFT) nas menores faixas salariais torna-se ainda mais intensa, onde a faixa entre 1 e 2 salários mínimos subiu para 49,04%, e a faixa de 2 a 3 salários mínimos para 23,49%. Se a elas agregarmos as faixas de 0 a 1 salário mínimo, observa-se que 76% de todos os PFT eram

remunerados com até 3 salários mínimos em 2017. O que mostra o agravamento da precarização do mercado do trabalho formal em Santa Catarina (MATTEI; HEINEN, 2019, p.16). Em Florianópolis, segundo o IBGE, “em 2018 o salário médio mensal era de 4.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 63.9. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 24.6% da população nessas condições” (IBGE, 2018).

Buscando dados de um período maior, podemos perceber, segundo Mattei e Heinen (2019) que de 2003 a 2014

O estado de Santa Catarina apresentou taxas de crescimento do emprego formal bem acima daquelas verificadas para o restante do Brasil. Em termos absolutos foram gerados 981.586 PFT nesse período. [...] Em grande medida, isso se deve à estrutura produtiva diversificada, à expressiva produção industrial ainda presente no sistema econômico estadual e à expansão do setor terciário. Com o início da recessão econômica a partir de 2015, [...] no caso do Brasil, houve uma forte redução do estoque de PFT em 2015 e em 2016, foram fechados 3.289.920 PFT entre 2014 e 2017. Já em Santa Catarina verificou-se uma redução de aproximadamente 68 mil PFT no mesmo período, tendo sido o pior resultado registrado em 2015 (MATTEI; HEINEN, 2019, p.10).

Entre 2001 e 2014, a Grande Florianópolis “apresentou taxas anuais de crescimento dos PFT superiores à estadual, [...] cuja taxa anual de crescimento da ordem de 5,65% fez com que a região passasse a responder por 21,79% dos PFT catarinenses em 2014” (MATTEI; HEINEN, 2019, p.18).

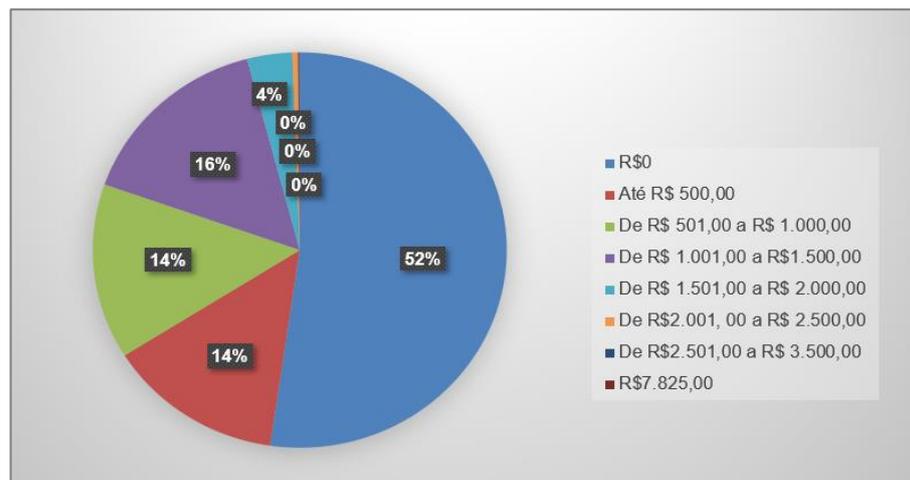
De 2014 a 2017 a mesorregião da Grande Florianópolis apresentou taxas de crescimento negativas da ordem de 1,18% ao ano. Em parte, esse comportamento pode estar atrelado aos efeitos da crise sobre o setor público, que reduziu o processo de contratações, assim como à crise da construção civil, cujo *boom* que estava em curso há mais de 10 anos parece ter arrefecido (MATTEI e HEINEN, 2019, p.19).

Segundo o IBGE, em 2017, o número de pessoas ocupadas era de 313.273 pessoas, totalizando 64,5% da população. Dentre os usuários do CRAS Sul III 316 (32%) são empregados com Carteira de Trabalho assinada.

Em Santa Catarina “a categoria dos empregados perfazia 70% do emprego total no ano de 2018, enquanto a categoria conta própria respondia por outros 22%” (MATTEI e HEINEN, 2019, p.20). Esses dados e informações evidenciam a parcela da população que se cadastram do CadÚnico para acessar os benefícios sociais, alcançando, portanto, o público a que se propõe e, que, também é público alvo da assistência social, aqueles que não possuem condições de manutenção da sua vida e de sua família, por estar inserido em condições de trabalho precárias e, majoritariamente, no trabalho informal.

Outros dados que indicam essa informalidade no mundo do trabalho, no estudo da realidade abrangida pelo CRAS Sul III, estão representados no gráfico 12, no qual consta 52% dos trabalhadores não tiveram remuneração no mês anterior ao cadastro ou atualização do mesmo. Mostra ainda que, dentre os 48% que tiveram rendimentos, mais de 28% receberam até um salário mínimo.

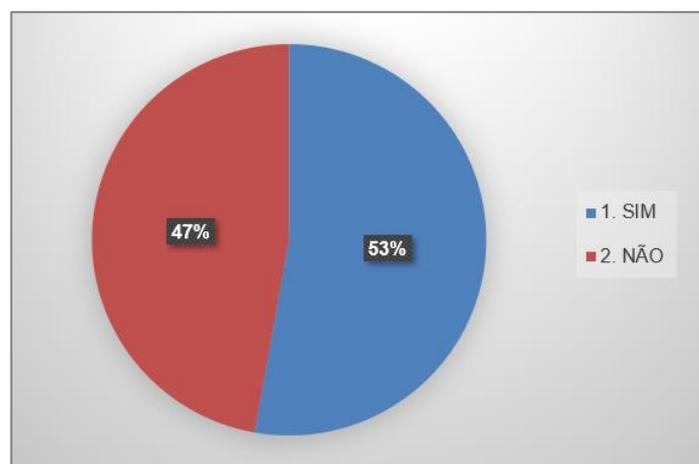
Gráfico 12 Remuneração no mês anterior



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Há também um elevado número de trabalhadores que não obtiveram remuneração nos últimos doze meses que antecederam a realização do cadastro ou atualização do mesmo, totalizando 47% como podemos observar no gráfico 13.

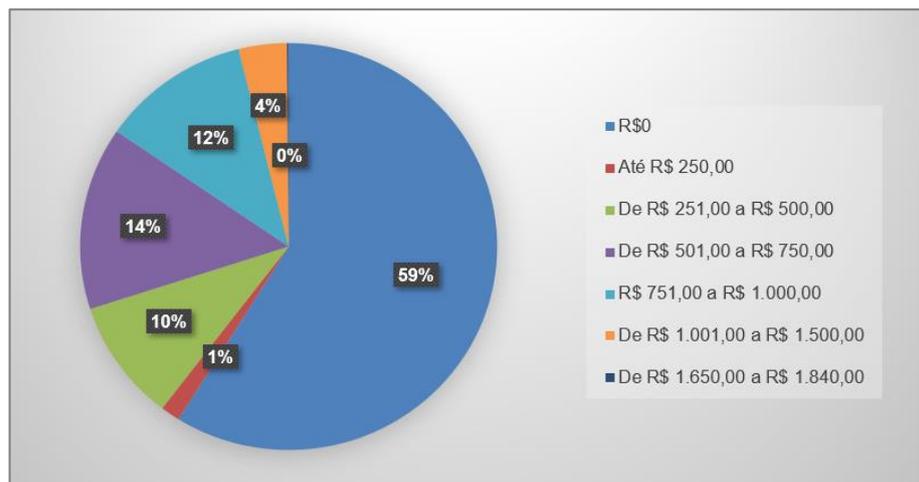
Gráfico 13 Trabalho remunerado nos últimos doze meses



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Os gráficos a seguir mostram as despesas mensais por família cadastrada no CRAS Sul III, no qual serão apresentados os dados mais expressivos. O gráfico 14 apresenta a despesa mensal com aluguel, percebe-se que, dos 41% que pagam aluguel, é mais expressivo, gastos entre R\$ 251,00 a R\$ 500,00 por 10% dos usuários, de R\$ 501,00 a R\$ 750,00 por 14% dos usuários e de R\$ 751,00 a mil reais por 12% dos usuários.

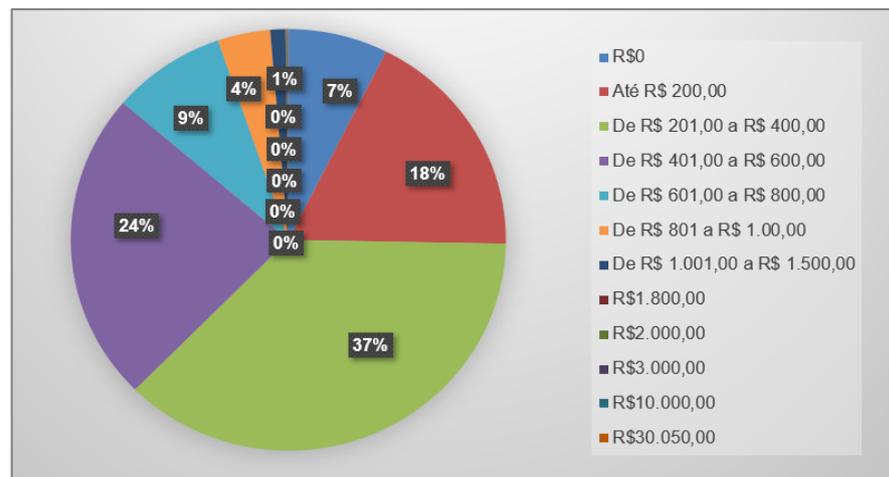
Gráfico 14 Despesa mensal com aluguel



Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

No gráfico 15 temos a despesa mensal com alimentação, higiene e limpeza em que os gastos, mais expressivamente, ficam entre R\$ 200,00 a R\$ 600,00.

Gráfico 15 Despesa mensal com alimentação, higiene e limpeza

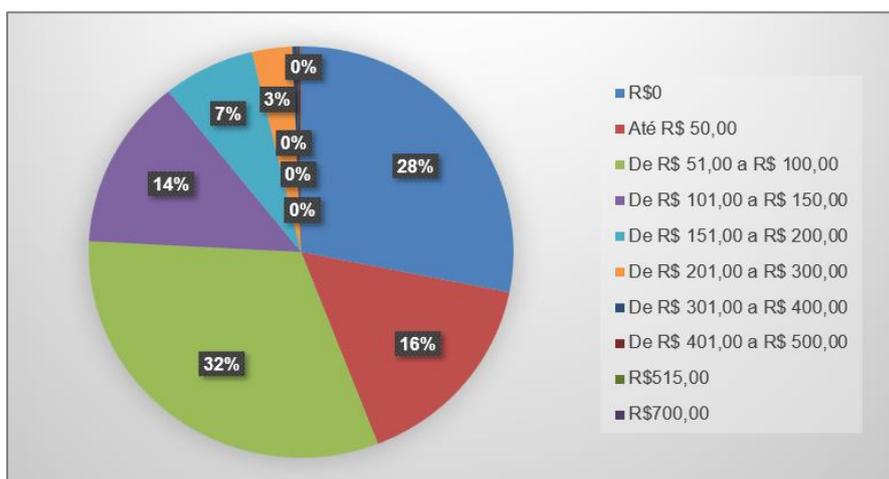


Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Segundo o IBGE, a Pesquisa de Orçamentos Familiares mostra que o consumo médio mensal familiar com alimentação do brasileiro é de R\$ 658,23 para aquelas com rendimento de até 25 salários mínimos e de 328,74 para aquelas com rendimento de até 2 salários mínimos (IBGE, 2017-2018).

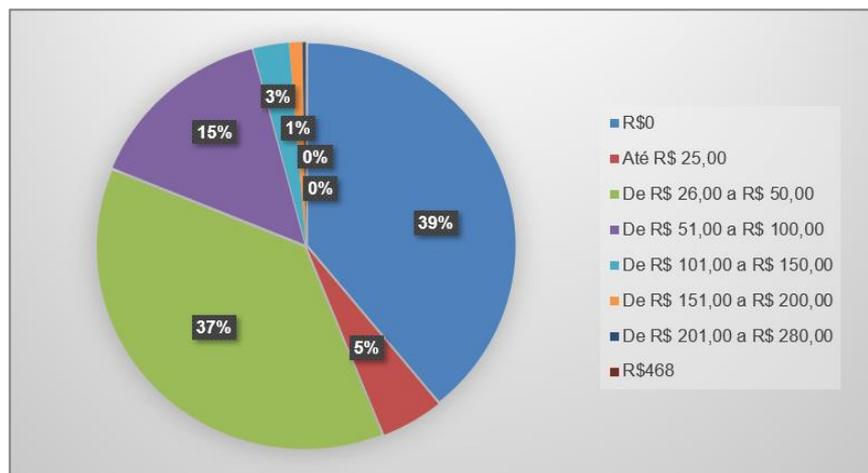
No gráfico 16 está representado o gasto mensal com energia elétrica das famílias cadastradas no CRAS Sul III, percebe-se que 28% não possui gastos com este quesito, e dentre os que têm custos, 32% desembolsam entre R\$ 51,00 a R\$ 100,00, 16% desembolsam até R\$ 50,00 e 14% desembolsam entre R\$ 101,00 a R\$ 150,00 mais expressivamente.

Gráfico 16 Despesa mensal com energia elétrica



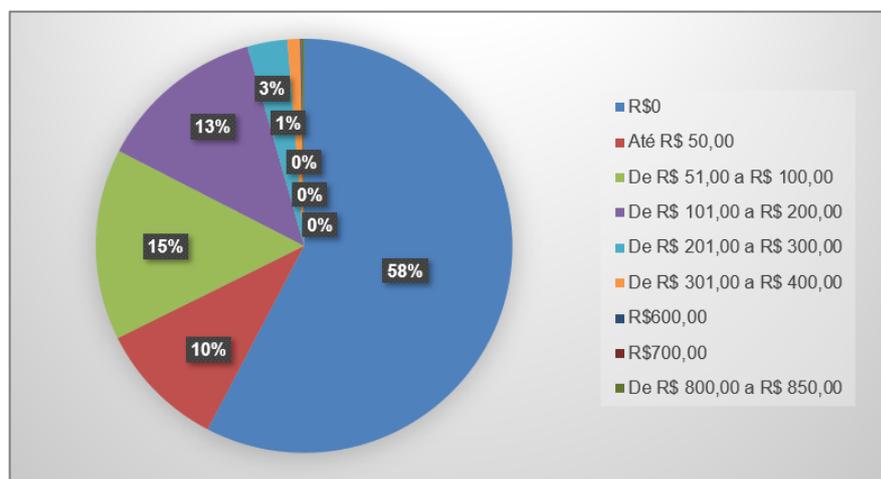
Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

A despesa mensal com água e esgoto está representada no gráfico 17, no qual 39% não tem custo algum com este quesito, 37% tem um custo entre R\$ 26,00 e R\$ 50,00, 15% tem um custo entre R\$ 51,00 e R\$ 100,00 e 5% tem um custo de até R\$ 25,00.

Gráfico 17 Despesa mensal com água e esgoto

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

No quesito despesa mensal com transporte pode-se observar no gráfico 18 que 58% dos usuários cadastrados não tem gastos, 25% gasta até R\$ 100,00, 13% gasta de R\$ 101,00 a R\$ 200,00 e apenas 3% gasta de R\$ 201,00 a R\$ 300,00.

Gráfico 18 Despesa mensal com transporte

Fonte: Base de dados do CadÚnico; elaboração própria

Além dos dados acima mencionados, dois outros dados de gastos mensais das famílias são registrados. O primeiro se refere à despesa mensal com medicamento de uso regular, no qual consta que 10% dos usuários com cadastro ativo junto ao CRAS Sul III possuem custo de até R\$ 100,00, 4% tem um custo de R\$ 101,00 a R\$ 200,00 e 83% dos usuários não possuem esse custo. O segundo se refere a despesa mensal com gás, carvão e lenha em que foi possível verificar que 88% dos trabalhadores gastam até R\$ 100,00 e 12% não tem custo com este quesito.

Para fins de síntese, podemos indicar que os dados desta pesquisa apontam que 55% das famílias cadastradas no CRAS Sul III tem um rendimento mensal de até um salário mínimo. Mesmo Santa Catarina apresentando uma taxa de 70% na categoria dos empregados e 22% na categoria conta própria em 2018, o que os dados revelam é que os usuários do CRAS Sul III têm o trabalho por conta própria como a principal categoria, totalizando 57%, seguida da categoria empregado com Carteira de Trabalho assinada, com 32%. As principais atividades estão relacionadas ao turismo, à pesca e à prestação de serviços. Os dados despontam ainda, que 52% dos usuários não obtiveram remuneração no mês anterior ao cadastro ou atualização do mesmo, e 53% não obtiveram remuneração nos últimos 12 meses. O que mostra que a política de assistência social foi responsável, ao menos parcialmente, pela subsistência de metade dos trabalhadores cadastrados no CRAS Sul III. Como pode-se observar, muitos usuários não têm custos com água, energia elétrica ou transporte, os que desembolsam algum valor em sua maioria gasta em média até R\$ 100,00 com cada quesito. Isso significa que as principais despesas são com alimentação e moradia.

2.2 AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS DOS USUÁRIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS: A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

O Brasil é um país que foi construído sobre as bases da desigualdade, que possui uma cultura conservadora e discriminatória em relação à pobreza que marcam de forma determinante as classes subalternizadas. Mesmo com discursos do governo de enfrentamento da miséria, seguem movendo-se mecanismos que perpetuam a exclusão social, a carência de bens materiais, de direitos, de oportunidades, de informações de possibilidades.

Diante do quadro histórico, político, econômico e social brasileiro, a assistência social segue expressando, em muitos aspectos, sua condição de outrora: “se mantém opaca, sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando uma caótica rede de instituições públicas produtoras de assistência e serviço social que se apresentam marginais até mesmo para seus agentes técnicos” (FALCÃO, 1989 apud YAZBEK, 2006, p.52), configurando-se como uma política compensatória, pontual e emergencial.

Põe-se como desafio desconstruir a lógica de que a Assistência Social deve dar conta dos pobres. Para além do texto constitucional e legislações, se faz necessário “romper com paradigmas constituídos ao longo de nossa história de práticas conservadoras, assistencialistas e focalistas, que sempre negaram a lógica dos direitos e da cidadania” (PEREIRA, 2002 apud SILVA, 2014, p. 52).

Outro fator que interfere na formação de uma política sólida de assistência social, são as iniciativas de redes solidárias entre entidades e movimentos da sociedade civil que se articulam visando o enfrentamento da pobreza. Essa articulação geralmente se dá através de contratos ou convênios onde o Estado financia e supervisiona os serviços sociais nas entidades. As relações que se estabelecem entre

[...] as ações voluntárias e filantrópicas de entidades da sociedade civil e as ações estatais de administração da pobreza, muitas vezes contribuem para uma versão assistencialista e “desprofissionalizada” na constituição de padrões de intervenção no campo da assistência social (YAZBEK, 2006, p.52).

A origem dessa condição remete à herança do período colonial, onde não havia direitos sociais, pois, a Igreja era a principal encarregada de prover assistência social. Durante o período de industrialização “a Assistência Social permanecia nas mãos de entidades filantrópicas, retirando do Estado essa tarefa [...]. Na esfera rural, o caráter assistencialista exercido nas relações com o povo permanecia sob a administração dos coronéis” (SILVA, 2014, p.134). O que legitimava a condição de favor e de benesse a esfera das problemáticas sociais.

Bressan e Mosser (2014) partindo de Di Giovanni (1998) colocam que

Em diferentes momentos da história, a sociedade humana desenvolveu algum sistema de proteção social, ou seja, alguma forma, às vezes mais ou às vezes menos, institucionalizada para proteger parte, ou o conjunto, de seus membros. Esses sistemas resultam de circunstâncias da vida natural, ou social, como velhice, doença, privações, entre outras, que exigem recursos e esforços para enfrentá-las e proteger os envolvidos. Incluem-se, nessa perspectiva, “as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social”. Bem como os princípios reguladores e as normas voltadas à proteção e que constituem a vida das coletividades (BRESSAN; MOSSER, 2014, p.109-110).

Neste sentido, há que se considerar que a assistência permite o acesso a bens e serviços por parte das classes excluídas. Configurando-se como “um conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão” (YAZBEK, 2006, p.53). Possibilita ainda,

O reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo (BRASIL, 2004, p.31). A proteção social de assistência social constitui-se de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS com o objetivo de reduzir e prevenir o impacto das adversidades sociais e naturais do ciclo da vida à dignidade humana e à família (BRESSAN; MOSSER, 2014, p.110).

Definir a Seguridade Social significou um grande avanço em relação às políticas públicas, pois, além de

Garantir a Assistência Social o status de política pública, definiu um modelo de financiamento, apoiado em um financiamento único, determinando os planos de

benefícios e as formas de organização do sistema. O texto constitucional definiu os princípios e objetivos da Seguridade, como universalização, equidade, seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e democratização e descentralização da gestão, determinado, portanto, a concepção de um sistema de proteção integral ao cidadão (SILVA, 2014, p.138).

A assistência social apresenta-se, pois, tanto como aparato para estabilizar as relações sociais, quanto forma concreta de acesso a recursos, serviços, reconhecimento de direitos e cidadania. Numa dimensão ideológica, a assistência social

Busca o consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade, e, intrinsecamente a esta, a função política de alívio, neutralização das tensões existentes nessa relação. É ela uma forma de gestão estatal da força de trabalho, e, nessa gestão, não só conforma o trabalhador às exigências da reprodução, valorização e expansão do capital, mas também é o espaço de articulação de pressões e movimentos sociais dos trabalhadores pela ampliação do atendimento de suas necessidades e reivindicação (SPOSATI, 1985 apud YAZBEK, 2006, p.53).

Yazbek (2006) aponta que a assistência é um espaço de lutas contra a desigualdade no qual os subalternizados vêm se apropriando, mesmo que a maioria dos programas “desenvolvam abordagens que desvinculam os indivíduos de suas relações sociais, seja através de abordagens individuais, grupais ou comunitárias” (YAZBEK, 2006, p.54). A assistência social tem potencial para ser fonte de efetivação dos direitos sociais, mas precisa tornar-se um espaço onde os subalternizados sejam os protagonistas.

Faz-se necessário transcender alguns conceitos como pobreza, pobre, exclusão e subalternidade para romper estereótipos criados em torno dos usuários da Assistência Social, que os estigmatizam. Coloca-se como desafio para a Política de Assistência Social “identificar seu usuário nos parâmetros que o possibilite, na condição de protagonista, ser aquele sujeito pertencente à classe trabalhadora e que sofre as inflexões mais cruéis do sistema capitalista” (SILVA, 2014, p.48-9). É preciso tomar a pobreza como questão social, compreender que ela é estrutural, sendo necessária para sustentar e fortalecer tal sistema. Para este, é essencial manter parte da população excluída dos bens (materiais, culturais, políticos, econômicos) socialmente produzidos, vivendo em condições desumanas.

Uma reflexão importante da autora Silva (2014) aponta que

A condição subalterna atribuída à população que carece da proteção da Assistência Social é também uma característica da própria política, que necessita, ainda, deixar o lugar que, historicamente, lhe foi determinado, de executora de ações meramente “de ajuda”, com caráter pontual e compensatório de alívio à pobreza, e assumir, efetivamente, seu protagonismo. Deve tomar seu lugar no campo da Seguridade Social, com conquistas de financiamentos adequados para a execução de um Sistema Único de qualidade, de oferta de serviços que contemplem as reais necessidades expressas pela população carente. Que seja uma política capaz de “[...] politizar e dar visibilidade aos interesses das classes subalternas” (Yazbek, 2012) e exercer seu real papel: da Assistência Social como direito (SILVA, 2014, p.161).

Portanto, é de extrema importância entender a questão do trabalho, em que a inserção de forma regulada na estrutura social da sociedade salarial coloca esses sujeitos não só na condição de pobreza, mas também, os relegam a uma classe com ausência de poder de mando, de decisão, de criação e direção. São, portanto, dominados e explorados social, política e economicamente.

Sposati (2011) afirma que “o enfrentamento da pobreza ou da miséria não se dá somente pela via do trabalho, mas por um conjunto de suportes que envolvem a presença e qualidade de políticas públicas”. Assim, tem-se duas frentes reforçadoras da pobreza: o trabalho precário e a ausência da proteção social. Como por exemplo, as mães (sobretudo as mães-solo) que necessitam deixar seus filhos na creche para trabalharem. Segundo Jaccoud (2007), “o enfrentamento da pobreza e a redução da desigualdade de renda dependem tanto da melhoria na distribuição da renda, do trabalho, como da consolidação do sistema de seguridade” (JACCOUD, 2007 apud BRESSAN e MOSER, 2014, p.111).

Com o governo assumindo a agenda neoliberal, as expressões de todas as transformações societárias afetam diretamente os mais pobres, que são a grande maioria da população. Hoje vivenciamos uma grande perda de direitos, incidindo na precarização ainda maior das condições de vida. Sendo o CRAS um serviço de atendimento daqueles estratos mais pobres da classe trabalhadora, que trabalha com as expressões da questão social como violências, falta de moradia, fome, analfabetismo, saúde, enfim, percebe-se um aumento do número de usuários procurando auxílio por não darem conta da autossatisfação de um mínimo social necessário para sobrevivência. Sobretudo pelo grande aumento do desemprego diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho. A maior parte dos usuários que tem condições para trabalhar está desempregado ou na informalidade, com dificuldade de ter acesso à renda.

Como já foi apontado, entre as décadas de 1940 e 1970, de cada 10 postos de trabalho 7 eram com registro formal. Com a expansão dos sindicatos o operariado ganhou força através do elevado número de lideranças com consciência política e de classe, em que se conquistou muitos direitos trabalhistas e sociais. O ideário neoliberal cria então, um projeto para fragmentar e diluir essa força e consciência, em que a reestruturação produtiva inverte aqueles números. Como apontam os dados deste trabalho, hoje 67% dos usuários cadastrados são trabalhadores informais e apenas 32% tem registro em carteira. Quantos destes trabalhadores conseguiriam contribuir com o sistema previdenciário, sendo que não conseguem suprir os mínimos sociais necessários para sua sobrevivência? Como se sabe, grande parte destes sujeitos exercem

trabalhos insalubres ou de risco pessoal, sem cobertura previdenciária. Eles não têm direito à aposentadoria por tempo de contribuição nem proteção contra acidentes de trabalho, doença ou invalidez. Isso leva a que muitos destes trabalhadores recorram à assistência social, gerando uma sobrecarga para esta política, que enfrenta uma enorme demanda reprimida.

A atual condição do trabalho é marcada pelo desemprego elevado e prolongado, como foi mostrado nesta pesquisa, 53% dos usuários não tiveram remuneração nos últimos 12 meses que antecederam o cadastro ou atualização do mesmo. E ainda pelas relações de trabalho precarizadas, estando a maioria destes sujeitos exercendo o trabalho informal (67% dos usuários).

Santa Catarina, assim como Florianópolis, foi afetada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, e esse expressivo número de trabalhadores informais e trabalhadores que não tiveram remuneração no ano anterior ao cadastro evidenciam uma força de trabalho submetida à superexploração que contribui ainda mais para o agravamento das condições de vida dos sujeitos. Conforme analisou Biondo (2014) ao se referir ao contexto de trabalho informal daquele período:

Embora o nível de informalidade não tenha apresentado crescimento expressivo, se comparado ao restante do país, dentre os usuários da política de assistência esse é o quadro mais recorrente. Acompanhado de intensa precarização e de um rendimento sempre mínimo, muitas vezes insuficiente para garantir condições de vida dignas para a família, esses sujeitos acabam por recorrer à política pública social como forma de suprir parcialmente suas necessidades, seja por meio de programa de transferência de renda, ou dos serviços socioassistenciais (BIONDO, 2014, p.247).

Para os usuários da assistência social, mesmo considerando o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, o marco é o que expressa a estrutura desigual do capitalismo que clivado pelas condições estruturais do sistema, também é marcado pela pobreza, miséria, violência, fome, desemprego e trabalho precarizado. Ocorre assim, a redefinição do perfil dos usuários da assistência social

O que impõe a essa política pública, além da demanda tradicional, outras tipicamente decorrentes da condição estrutural da força de trabalho latino-americana, constituindo-se, a assistência social não apenas no lugar de proteção em contraponto ao trabalho formal, mas no espaço em que “cada vez mais trabalhadores assalariados necessitam da proteção social das políticas sociais, devido à perda da qualidade do emprego e do rebaixamento dos níveis salariais” (COUTO, 2010, apud BERTOLLO, 2014, p. 207-8).

Mesmo com acesso ao trabalho e ao trabalho formal com todos os direitos que dele decorrem, ainda assim não é suficiente para dar conta “das necessidades sociais da classe que vive da venda da sua força de trabalho e de suas famílias, e portanto, há necessidade de uma estrutura social que responda a eles” (COUTO, 2010 apud BERTOLLO, 2014, p. 208). Sendo

assim “a intervenção estatal no campo das políticas sociais e especificamente no âmbito da assistência social configura-se nesse quadro como uma modalidade de resposta à miserabilidade da população” (YASBEK, 2006, p.55). Ressalta-se ainda que a existência de registro em carteira de trabalho nem sempre está de acordo com a legislação trabalhista, podendo haver vínculos precários. O que pode desencadear a necessidade de melhor direcionar os serviços e benefícios socioassistenciais.

Percebe-se que

A superexploração aparece na vida desses sujeitos, que não têm acesso a inúmeros de seus direitos, de diferentes formas: via trabalho infantil, dupla jornada, baixa remuneração, saúde debilitada, trabalho informal, ou desemprego, entre tantas outras. Impõe a eles a difícil tarefa de sobreviver biologicamente, ao menos” (BERTOLLO, 2014, p.205).

Para o público da assistência social as condições são análogas às de superexploração, com baixos salários, jornadas distendidas não remuneradas, além de atividades desgastantes e incapacitantes (BERTOLLO, 2014, p.229).

Esses fatores somados ao favorecimento do capital; o arrefecimento das lutas sindicais; a não elaboração e não execução do orçamento único de seguridade social da forma recomendada constitucionalmente; e outros aspectos essenciais para concretizar um sistema amplo e fundamentado de seguridade social limitam uma efetiva implementação da seguridade social.

Mesmo que os usuários desta pesquisa apresentem um nível de escolaridade acima da média nacional, percebe-se que foram afetados pelo processo de despolitização do povo brasileiro, pois, a maioria dos usuários chega com o pedido de ajuda. O que arrefece as lutas sociais e políticas.

Somos resultado de uma sociedade escravista, onde a maior parte da população sempre foi desprovida da satisfação das necessidades sociais básicas, sem acesso à saúde e menos ainda à educação que é a base de uma transformação social. O Estado tem se posicionado ao lado do projeto neoliberal, privatizando o que é público, gerando o aprofundamento da pobreza e da exclusão social, a maior parte da população não tem acesso, ou tem acesso precário, à saúde, ao trabalho e renda, à moradia, à assistência social, à alimentação adequada, enfim, como o presente trabalho apontou, os usuários do CRAS Sul III dispõem sua renda para garantir moradia e alimentação.

Com o crescimento econômico entre 2003 e 2013, há que se considerar que os rendimentos das classes trabalhadoras também subiram, devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrão e empregados favoráveis ao trabalho, dos programas

de transferência de renda. Contudo, o que este trabalho evidencia, é que não temos um aumento da renda do trabalho. Mesmo com o crescimento econômico, não houve redistribuição de renda nem melhores condições de trabalho, tampouco redução das desigualdades sociais e melhoria significativa no padrão de vida da classe trabalhadora. E ainda, com os Governos Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, o país enfrenta o pior crescimento econômico da sua história, o que quer dizer que os subalternizados vivenciam o aprofundamento da degradação das condições de vida; da violência e violação, sobretudo em relação aos direitos; da exclusão; precarização, desmonte e sucateamento dos serviços e políticas públicas.

Como aponta Netto (2007)

Nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista -, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a *exploração*, de que decorrem a *desigualdade* e a *pobreza*. No entanto, os *padrões* de desigualdade e pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e pobreza vigente nas várias formações econômico-sociais capitalistas (NETTO, 2007, apud BERTOLLO, 2014, p.205-6).

Todas essas transformações alteram também o perfil demográfico das populações, o processo de urbanização, o crescimento das atividades e serviços, a difusão da educação formal e os circuitos da comunicação social. Interferindo nos padrões de sociabilidade, sobretudo em relação às mulheres que são oprimidas e no espaço doméstico e subalternizadas e exploradas no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*La primera condición para cambiar la realidad consiste
en conocerla*

Galeano, 2006

Este trabalho foi realizado sem a elaboração prévia de um projeto de pesquisa. A partir do objetivo geral, de analisar as condições de vida dos usuários da política de assistência social da área de abrangência do CRAS Sul III do município de Florianópolis/SC, iniciou-se um estudo a partir de pontos que se consideraram centrais para compreender quem são esses sujeitos historicamente excluídos. Para compreender o lugar que os sujeitos subalternizados, usuários da política de assistência social, ocupam na sociedade brasileira, percorreu-se um “caminho de volta”, trilhou-se um caminho rumo às raízes dessa questão. Foi preciso resgatar os principais elementos que geraram essa condição, para tanto, entende-se que é essencial trazer à luz a história da formação social, política e econômica desse país. Onde tivemos uma colonização centrada na escravização da população negra, o latifúndio monocultor de exportação de base escravista, a monarquia, o processo de urbanização e industrialização que gera uma classe trabalhadora em condições desumanas, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, a instituição e regressão dos direitos sociais. É dentro destes processos que os sujeitos vão sendo excluídos do acesso aos bens materiais, culturais, políticos e econômicos socialmente construídos.

Ao analisar os dados que a pesquisa revelou, foi necessário buscar alguns aspectos da formação sócio histórica de Florianópolis, que apresenta condições menos desfavoráveis de vida e outras particularidades como raça/cor comparado às regiões Central, Norte e Nordeste do país. Encontrou-se algumas peculiaridades em relação à formação do país, pois, foi uma cidade construída principalmente como base militar, e a partir daí foi acontecendo a colonização, sobretudo, por açorianos vindos de Portugal, que chegavam na ilha e se estabeleciam com um pequeno lote de terra garantido. Muitos eram militares ou assumiam cargos públicos e a economia girava em torno da base militar, da pesca e dos engenhos de farinha. Esses elementos mostram, em parte, o fato de esta população ter condições de vida menos piores que a de outras regiões.

Muitos “nativos”, como são chamados os descendentes dos que colonizaram a ilha, desmembraram esses lotes de terra e venderam para conseguir uma renda, sobretudo diante das transformações que foram ocorrendo em Florianópolis com o processo de urbanização e

industrialização. Na década de 1990 investiu-se em propagandas, divulgando qualidade de vida e as belezas naturais da ilha, muitos compraram esta imagem e migram para Florianópolis em busca de melhores condições de vida. No entanto, o que grande parte encontrou foram condições precárias de vida através do desemprego e trabalho precarizado, falta de serviços públicos como saúde, habitação e educação. Florianópolis é a capital com maior custo de vida, na qual as despesas com alimentação, transporte e moradia são uma das maiores taxas do país. A especulação imobiliária é forte, muitos daqueles lotes de terra foram comprados com esse intuito.

A escravidão teve expressividade em Florianópolis, mas em menor impacto se relacionada a outras regiões do Brasil. Esse fator deve ser considerado visto que gerou diferenças sociais entre os grupos étnico-raciais nas diferentes regiões, no qual o nível de desenvolvimento e infraestrutura nas áreas de saneamento, educação, saúde, trabalho e renda são mais qualificados na região Sul do país se comparado às regiões Norte e Nordeste. Isso mostra que a política do embranquecimento estabeleceu privilégios e exclusões, pois, quanto mais claro o tom da pele mais acesso aos espaços sociais, à saúde, à educação, ao trabalho e renda. Ao mesmo tempo há um não reconhecimento por parte do branco do seu lugar de privilégio e sua branquitude, e isso inviabiliza o acesso da população negra, em amplo aspecto, aos territórios existenciais, políticos, econômicos e sociais.

Contudo, o que estes sujeitos compartilham é a condição de regulada inclusão (social, política, econômica), é a condição de pobreza mesmo que em diferentes níveis. O capitalismo gera uma estrutura desigual, com determinantes estruturais como pobreza; miséria; violência; fome; desemprego; trabalho precarizado; discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras; que afetam grande parte dos trabalhadores e cidadãos brasileiros de modo geral. Estes sujeitos encontram estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A questão da educação está estreitamente relacionada a estas questões, pois, como pode se perceber em toda a história desta nação, nunca houve vontade política para que os cidadãos acessassem uma educação de qualidade, que tomassem consciência dos processos de formação social e política do país. O que se fez foi suprimir a memória de um trabalhador coletivo com consciência de classe e alienar os sujeitos dos bens sociais, materiais, econômicos, culturais que produzem socialmente, a fim de que não participem de uma divisão igualitária destes bens que produzem. Ao mesmo tempo, uma pequena minoria, os portadores do grande capital, tem estruturado uma oligarquia financeira global que concentra grande poder econômico e político, que controla as riquezas sociais e interfere/influi no Estado de direito.

Esta minoria (1%) detém 82% da riqueza mundial socialmente gerada pelos sujeitos que são colocados em uma condição de subalternização por esta classe dominante. Tendo o Brasil a segunda maior concentração de renda do mundo, onde 1n% concentra 28,3% da renda total do país. Não é justo que tantos trabalhadores vivam para conseguir apenas dar conta de ter moradia e alimentação basicamente, e que muitos não consigam prover a própria subsistência.

As análises aqui presentes mostram que o público demandatário da assistência social, é também, público usuário das políticas de saúde e previdência, por exemplo. Esses usuários acessam e demandam todas as políticas sociais, pois, experienciam condições precárias de vida, de moradia, de acesso aos serviços públicos. Diante da precarização do trabalho os trabalhadores não alcançam uma renda suficiente para dar conta da própria subsistência, tornando-se público alvo da assistência e demais políticas sociais.

Vivemos a contradição entre o texto constitucional, legislações e medidas implantadas e as velhas práticas autoritárias que desembocam nos resquícios do patrimonialismo. Perpetuando a lógica das desigualdades, passando por cima do que está “garantido” por lei, onde muitos direitos sociais são implementados parcialmente. Isso porque não há vontade política por parte dos governantes em realizar ações que contemplem realmente as demandas da população brasileira.

Se faz necessário, pois, que a Política de Assistência Social se expanda, vá além da oferta de programas, serviços, benefícios e projetos para viabilizar o protagonismo dos sujeitos subalternizados, de modo que esses, possam expressar seus anseios, desejos e reivindicações, realizando uma efetiva participação política, a fim de construir relações democráticas e autônomas de todos os sujeitos sociais, que seja um processo de construção coletiva realizado pelas classes sociais.

Nesta direção, foi criado no CRAS SUL III, o Conselho Local de Assistência Social – CLAS, com o objetivo de proporcionar aos usuários condições de participar das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Podendo construir propostas para a melhoria dos serviços, a efetivação e a ampliação de direitos, e de políticas públicas que não sejam focalizadas, mas universais, a partir das demandas coletivas destes usuários da política de assistência social. Configurando-se, pois, como um espaço riquíssimo de protagonismo dos usuários, sendo um “terreno” fértil para o desenvolvimento de ideias e ações. Ao se conhecer a realidade dos usuários da assistência social, é possível intervir visando equidade e justiça social, no intuito de assegurar a universalidade do acesso aos direitos, bens e serviços relacionados aos programas, serviços, projetos e políticas sociais.

Para que esse protagonismo se realize é preciso uma equipe profissional que faça uma leitura concreta da realidade social, que considere uma multiplicidade de significados partilhados nas relações entre os sujeitos, estudando a historicidade social com uma visão crítica. Percebendo a manipulação do sistema capitalista, que ilude os sujeitos gerando ações multidimensionais, descontinuas e fragmentárias. Que compreendam a exclusão social, os antagonismos e as lutas de classe, onde as relações sociais exibem antagonismos e contradições que se apresentam como processos totais.

Cabe evidenciar que o compromisso por parte dos profissionais com a classe dos subalternizados é essencial, entretanto, é necessário meios para que as ações operacionalizadas contemplem as demandas dos usuários, como a ampliação do número de técnicos, disponibilização de material permanente e de uso; manutenção; orçamento; capacitação/reciclagem das/dos técnicos e outros aspectos que interferem diretamente na qualidade e quantidade das ações executadas. E ainda, para ir além de suprir as necessidades básicas destes sujeitos, é preciso promover a transformação das condições de vida das famílias, principalmente através de políticas públicas de educação, trabalho e renda. Por isso se faz necessário o protagonismo popular, pois somente os mecanismos institucionalizados não dão conta.

O que se tem em toda a história do Brasil, desde a invasão e colonização, transitando para a República, e uma suposta democracia que se alterna com ditaduras, é a dominação e exploração da classe subalternizada pela classe dominante em suas distintas formações/configurações. O Brasil necessita de reforma política, reforma agrária e, sobretudo, reforma humana. É preciso resgatar os princípios de humanidade, de liberdade transcendendo os padrões estabelecidos por uma sociedade patriarcal e um voraz sistema capitalista, através da igualdade, de oportunidade de escolha para todos. Que se ultrapasse a disputa, para viver em cooperação, unindo e fortalecendo as classes historicamente excluídas através da consciência de classe e luta a fim de construir uma nova sociedade e formas de relação mais justas e sanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Debora Aparecida. Os paradoxos da acumulação flexível e seus reflexos na exploração das mulheres da classe trabalhadora em Santa Catarina/Brasil. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 323-329, novembro de 2016.

BERTOLLO, Kathiúça. Superexploração da força de trabalho no cotidiano e na vida dos sujeitos de direitos da política de assistência social em Santa Catarina. *In: Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. São Paulo: Veras Editora, 2014, p.203-236.

BIONDO, Josiane. Os sujeitos de direitos da política de assistência social na economia catarinense: inserção precária no mundo do trabalho. *In: Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. São Paulo: Veras Editora, 2014, p.237-260.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS Nº 11, de 23 de setembro de 2015**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2015/resolucoes-cnas-2015/>> Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese. **Distribuição percentual da População por Sexo - Brasil - 1980 a 2010**. Brasília, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasília, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasília, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Brasília, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasília, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm> Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social**. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf> Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais**, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em 10 nov. 2020.

BRESSAN, Carla Rosane; MOSER, Liliane. Articulação precária do PBF e do BPC: desafios da proteção social básica em Santa Catarina. *In: Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. São Paulo: Veras Editora, 2014, p.-101-124.

CARRARO, Dilceane. **As categorias da política de assistência social na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social**. 2016. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2016.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELO, Rodrigo. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta - 1º semestre de 2013 – n.31, v.11, p.119-138.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistencial Social. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/>

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. PORTARIA Nº 460/2019.

LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1991.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. **O Brasil e a Lógica Racial:**

do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Revista Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.2, p. 265-286, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MATTEI, Lauro e HEINEN, Vicente Loeblein. **Comportamento do Mercado Formal de Trabalho no Estado de Santa Catarina entre 2001 e 2017**. Trabalho oriundo das atividades do projeto de pesquisa PIBIC/CNPq/UFSC 2018-2019.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a luta de classes no Brasil**. *Revista Debate Sindical*, ano 9, Nº 20 dezembro/ janeiro/ fevereiro 95/96.

PEDRO, Maria Joana. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2ª Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ROSENBERG, Fúlvia; PINTO, Regina Pahin. **Criança Pequena e Raça na PNAD 87**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1997.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão**. *Revista Psicologia Política*, vol. 10, n.19, p. 41-55, JAN-JUN 2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.